



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ANA KÁTIA BARBOSA AGUIAR**

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**FORTALEZA**

**2022**

ANA KÁTIA BARBOSA AGUIAR

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Roselane Gomes Bezerra.

**FORTALEZA**

**2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- 
- A227a Aguiar, Ana Kátia Barbosa.  
Avaliação das políticas de inclusão e acessibilidade na Universidade Federal do Ceará / Ana Kátia Barbosa Aguiar. – 2022.  
100 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Profa. Dra. Roselane Gomes Bezerra.
1. Acessibilidade. 2. Pessoas com deficiência. 3. Ensino superior. I. Título.
- CDD 320.6
-

ANA KÁTIA BARBOSA AGUIAR

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas.

Aprovada em: 31/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Roselane Gomes Bezerra (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Zilsa Maria Pinto Santiago  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Helena Stela Sampaio  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Antônio e Alzenir.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que iluminou o meu caminho durante toda esta jornada.

Agradeço, em especial, ao meu pai, Antônio Aguiar, que apesar de não estar mais presente fisicamente, sempre acreditou em mim e deu todo o apoio e incentivo necessários para buscar os meus objetivos.

À minha mãe, Alzenir Aguiar, pelo incentivo nos estudos e por todo o apoio incondicional para a concretização dessa etapa da minha vida. À minha irmã, Katiana Aguiar, por toda a compreensão e por acreditar sempre em mim.

Aos meus queridos amigos, Renata Macena, Samuel Coelho e Vítor Alencar, por todo o apoio, compreensão e incentivo que foram essenciais para o alcance das minhas metas.

Meus sinceros agradecimentos à grande orientadora, Professora Roselane Bezerra, pelos ensinamentos, dedicação, incentivo e imensurável colaboração na orientação deste trabalho. A ela toda a minha gratidão e respeito.

Aos membros da banca, Professoras Zilsa Maria Santiago e Helena Stela Sampaio, pelas contribuições para esta pesquisa.

Aos meus queridos amigos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Lis Soares, Amanda Castro, Mayara Rodrigues, Eduardo André, Monique Nobre e Juliana Ribeiro.

A todos os professores e amigos do MAPP, que foram tão importantes para a minha formação acadêmica e desenvolvimento desta dissertação.

À Universidade Federal do Ceará pelos conhecimentos proporcionados e pela contribuição para a minha vida profissional.

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher.”  
(Cora Coralina).

## RESUMO

O acesso das pessoas com deficiência ao Ensino Superior vem se ampliando significativamente nos últimos anos, principalmente a partir da criação de aparatos legais que objetivam a inclusão desta parcela da população nas instituições de ensino. Contudo, a simples inserção destes estudantes no ensino superior não garante a sua permanência, uma vez que necessitam de adaptações para que consigam ter plenas condições de ensino e aprendizagem com qualidade. Para tanto, a pesquisa objetiva fazer uma avaliação das políticas de inclusão e acessibilidade da Universidade Federal do Ceará buscando compreender se a instituição está conseguindo dar o suporte necessário para o aprendizado e a permanência dos estudantes com deficiência. Para esta pesquisa foi utilizado o modelo de avaliação experiencial proposto por Raul Lejano (2012) e tem caráter exploratório e qualitativo. Para alcançar os objetivos propostos foi realizado um estudo de caso em unidades do campus do Benfica (Faculdade de Educação, Centro de Humanidades e Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade), onde foram realizadas entrevistas e questionários com discentes de graduação com deficiência, docentes, agentes de acessibilidade e servidores da secretaria de acessibilidade. Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontaram que a maioria dos docentes necessitam de conhecimentos sobre instrumentos e metodologias de ensino para os estudantes com deficiência, bem como solicitam apoio da instituição. Entre as maiores barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência no processo de ensino e aprendizagem, destacaram-se as barreiras físicas e atitudinais. Ademais, os discentes também relataram insatisfação quanto a falta de intérpretes suficientes para atender toda a demanda da Universidade.

**Palavras-chave:** acessibilidade; pessoas com deficiência; ensino superior.

## **ABSTRACT**

The access of people with disabilities to Higher Education has been increasing significantly in recent years, mainly from the creation of legal apparatus that aim to include this portion of the population in educational institutions. However, the simple insertion of these students in higher education does not guarantee their permanence, since they need adaptations so that they can have full teaching and learning conditions with quality. Therefore, the research aims to evaluate the inclusion and accessibility policies of the Federal University of Ceará, seeking to understand whether the institution is managing to provide the necessary support for the learning and permanence of students with disabilities. For this research, the experiential evaluation model proposed by Raul Lejano (2012) was used and has an exploratory and qualitative character. To achieve the proposed objectives, a case study was carried out in units of the Benfica campus (Faculty of Education, Humanities Center and Faculty of Economics, Administration, Actuarial and Accounting), where interviews and questionnaires were carried out with undergraduate students with disabilities, teachers, accessibility agents and servers of the accessibility secretariat. For data analysis, the content analysis technique was used. The results showed that most teachers need knowledge about teaching tools and methodologies for students with disabilities, as well as requesting support from the institution. Among the biggest barriers faced by students with disabilities in the teaching and learning process, physical and attitudinal barriers stand out. In addition, students also reported dissatisfaction with the lack of enough interpreters to meet all the University's demand.

**Keywords:** accessibility; people with disabilities; higher education.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alunos com deficiência na UFC x Ano.....	49
Gráfico 2 – Satisfação quanto aos serviços oferecidos pela Secretaria de Acessibilidade (Perspectiva dos docentes).....	66
Gráfico 3 – Avaliação da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFC (Perspectiva dos docentes).....	68
Gráfico 4 – Avaliação da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFC (Perspectiva dos agentes de acessibilidade).....	73
Gráfico 5 – Satisfação quanto aos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade (Perspectiva dos discentes).....	74
Gráfico 6 – Acolhimento recebido por colegas de turma, coordenador e professor.....	76
Gráfico 7 – Preparação dos professores para ensinar alunos com deficiência.....	78
Gráfico 8 – Avaliação da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFC (Perspectiva dos discentes).....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Legislação sobre inclusão e acessibilidade no ambiente educacional.....	33
Quadro 2	– Atribuições da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui.....	46
Quadro 3	– Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2014.....	51
Quadro 4	– Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2015.....	53
Quadro 5	– Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2016.....	54
Quadro 6	– Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2017.....	55
Quadro 7	– Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2018.....	56
Quadro 8	– Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2019.....	57
Quadro 9	– Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2020.....	58
Quadro 10	– Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2021.....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CASa	Comunidade de Aprendizagem Significativa
CEIN	Comissão Especial de Educação Inclusiva
CH	Centro de Humanidades
COP	Coordenadoria de Obras e Projetos
DAP	Divisão de Apoio Pedagógico ao estudante e formação para a inclusão
DIFOP	Divisão de Formação Profissional
DIVTEC	Divisão de Tecnologia Assistiva
DIVTILS	Divisão de tradução e interpretação de Libras/Língua Portuguesa
DPMA	Divisão de produção de material acessível
FACED	Faculdade de Educação
FEACC	Faculdade Economia, Administração, Atuária e Contabilidade
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PAAP	Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico
PLANOP	Superintendência de Planejamento Físico e Operações
PROESP	Programa de apoio à educação especial
REICOMP	Regime especial de incentivo a computadores para uso educacional
TADIC	Tecnologias Assistivas Digitais de Informação e Comunicação
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1</b>	<b>Definições de inclusão, deficiência e acessibilidade.....</b>	<b>21</b>
<b>3.2</b>	<b>Marcos legais sobre inclusão e acessibilidade nas instituições de ensino superior.....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.....</b>	<b>38</b>
<b>4.1</b>	<b>Projeto Acesso UFC.....</b>	<b>38</b>
<b>4.2</b>	<b>O Projeto UFC Inclui.....</b>	<b>39</b>
<b>4.3</b>	<b>A Comissão Especial de Educação Inclusiva.....</b>	<b>42</b>
<b>4.4</b>	<b>A Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui.....</b>	<b>44</b>
<b>4.5</b>	<b>Trajatória institucional das Políticas da Secretaria de Acessibilidade de 2014 a 2021.....</b>	<b>48</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PELOS ATORES E USUÁRIOS ENVOLVIDOS.....</b>	<b>61</b>
<b>5.1</b>	<b>Perspectiva dos Docentes.....</b>	<b>61</b>
<b>5.2</b>	<b>Perspectiva dos Agentes de Acessibilidade.....</b>	<b>70</b>
<b>5.3</b>	<b>Relatos dos estudantes com deficiência.....</b>	<b>74</b>
<b>5.4</b>	<b>Explicação junto aos servidores da Secretaria de Acessibilidade ....</b>	<b>81</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>
	<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>96</b>
	<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA COM AGENTES DE ACESSIBILIDADE...</b>	<b>98</b>
	<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO COM SERVIDORES DA SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE.....</b>	<b>99</b>
	<b>APÊNDICE D – QUESTIONÁRIOS COM DOCENTES.....</b>	<b>100</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, até a década de 1980, a vida das pessoas com deficiência era marcada pelo acesso restrito destes à Educação Básica, aos serviços especializados e mesmo aos direitos sociais básicos. Como consequência, pouquíssimas pessoas com deficiência ingressavam no ensino superior. No entanto, com o advento da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, tal população, enfrentando condições ainda adversas, conseguiu finalizar o Ensino Médio e passou a almejar o ingresso no Ensino Superior (MAGALHÃES, 2014).

O ingresso de estudantes com deficiência passa então a ser uma realidade cada vez mais presente em Instituições de Ensino Superior. No Brasil, por exemplo, o número de matrículas desses estudantes teve um aumento significativo de 136% entre os períodos de 2009 a 2019, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Vale ressaltar que esse crescimento do número de pessoas com deficiência na universidade não se deu apenas como consequência da expansão universitária, mas também como consequência do aumento da representatividade das pessoas deficientes dentro da comunidade universitária, uma vez que ocorreu também o aumento gradual do percentual de estudantes com deficiência matriculados nas universidades.

No Ceará esse crescimento do número de alunos matriculados também não foi diferente. No ano de 2019, por exemplo, de acordo os dados divulgados pela Secretaria de Acessibilidade da UFC, 130 candidatos com deficiência ingressaram na Universidade Federal do Ceará (UFC) por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu 1º/2019), perfazendo um total de 342 alunos com deficiência estudando na instituição, um aumento de 220% em relação ao ano anterior, resultado também da aprovação da lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016) que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Dessa forma, é notório que o crescente ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais na rede de ensino superior requer um aprofundamento na reflexão sobre a educação inclusiva. Uma vez que, inserir estes estudantes na Universidade não garante que estejam necessariamente incluídos no

processo de ensino e aprendizagem, muito menos que chegarão a concluir o ensino superior.

Portanto, o principal desafio hoje é garantir a permanência, com qualidade, desses estudantes nas instituições de ensino. Apesar dos avanços, ainda há uma lacuna entre o que está proposto em leis e convenções e a vivência real. “Muitas universidades têm feito um bom trabalho, mas a evasão de estudantes ainda é um problema. É claro que isso atinge não só os alunos com deficiência, mas essa característica ainda é um fator de maior vulnerabilidade.” (SIQUEIRA; ALMEIDA, 2019).

Dessa forma, diante de números significativos destes estudantes e da existência de exigências legais perante a educação destas pessoas, faz-se pertinente que as instituições promovam ações que possibilitem as adaptações necessárias para a permanência destes estudantes, de modo a garantir o apoio necessário para que o aproveitamento educacional seja bem sucedido, possibilitando ao aluno a inserção no mercado de trabalho.

Nesse âmbito, as condições didático pedagógicas de trabalho de professores, a falta de tecnologias assistivas para operacionalização de um processo de aprendizagem e inclusão destes alunos de modo pleno e até mesmo as questões atitudinais, encontram-se entre os principais obstáculos para o aluno com deficiência. Portanto, para conseguir consolidar uma universidade de fato inclusiva só se torna possível com a mobilização de todos os envolvidos neste processo, uma vez que as necessidades destes estudantes precisam ser melhor compreendidas. (FURLAN; RIBEIRO, 2015).

Deste modo, é de grande importância direcionar a preocupação investigativa para analisar a eficácia das políticas públicas de inclusão e acessibilidade para o aprendizado e a permanência dos estudantes com deficiências na Universidade Federal do Ceará. Os resultados encontrados neste estudo poderão contribuir significativamente para o meio acadêmico, produzindo conteúdo acerca deste tema, permitindo o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas a este campo teórico. Além de proporcionar à sociedade um material que possa servir de consulta aos profissionais ligados a esta área, e quiçá, constituir um trabalho científico capaz de fomentar e engendrar políticas públicas.

A problemática da acessibilidade de pessoas com deficiência na universidade, em uma visão mais ampla, vem sendo discutida na Universidade

Federal do Ceará (UFC) e trabalhada pontualmente pelas diversas unidades administrativas e de ensino, na perspectiva do conhecimento, das atitudes e do espaço físico. A Instituição de Ensino Superior (IES), como detentora do papel social de proporcionar um processo educacional justo e democrático aos estudantes, deve estar sempre atenta a promover condições que viabilizem o acesso e a condição de igualdade entre todos.

Em razão dessa proposta, a Educação Superior se encontra em um momento decisivo, no qual a democratização do ingresso e a permanência da pessoa com deficiência na Universidade têm sido alvos de amplas discussões. Para, além disso, cabe considerar que falar da inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior, assim como em qualquer outro nível de ensino, é falar de um conflito histórico em nossa sociedade.

A familiaridade com o tema se deu a partir do momento no qual como Administradora de uma das unidades acadêmicas, ingressei na comissão dos agentes de acessibilidade a fim de adquirir conhecimentos e oferecer apoio necessário aos estudantes com deficiência, de modo a intervir para a superação de barreiras de acessibilidade identificadas. Nesta comissão, buscamos contribuir para a implantação e expansão da política de acessibilidade nas unidades acadêmicas. Além de propor e/ou desenvolver estudos, seminários, debates e pesquisas que forneçam subsídios em caráter propositivo para a formulação, elaboração e avaliação de políticas públicas de acessibilidade e inclusão.

Diante da presença destes alunos com deficiência dentro da Universidade e do quanto estes necessitam de acompanhamentos e adaptações especiais para a integração dentro do ambiente acadêmico, tem-se os seguintes questionamentos: Quais são as políticas de inclusão e acessibilidade da UFC? Quais são as dificuldades que os estudantes com deficiência mais enfrentam no âmbito acadêmico? Os docentes se sentem preparados para atender esse público? Como os usuários avaliam a política e o que acreditam ser necessário melhorar?

Todos esses questionamentos estão centralizados em uma questão de pesquisa que norteia esse projeto: As atuais políticas públicas de inclusão e acessibilidade da UFC estão conseguindo dar o suporte necessário para uma educação inclusiva?

Para tanto, esta pesquisa tem como objetivo geral desenvolver uma avaliação das políticas públicas de inclusão e acessibilidade da Universidade

Federal do Ceará, buscando verificar se estas políticas estão conseguindo dar o suporte necessário para o aprendizado e a permanência do aluno com deficiência na Universidade. Para o alcance do objetivo geral, delineiam-se os seguintes objetivos específicos: Identificar os marcos conceituais e legais sobre inclusão e acessibilidade nas instituições de ensino; Fazer um mapeamento das políticas de inclusão e acessibilidade da UFC; Analisar os relatos de alunos de graduação com deficiência, docentes, agentes de acessibilidade do campus do Benfica e servidores da secretaria sobre o cotidiano da universidade, bem como averiguar como avaliam a política e o que acreditam ser necessário melhorar; Verificar como a política de inclusão desenvolve programas para a preparação dos docentes no tocante ao ensino dos alunos com deficiência.

O texto está estruturado em 6 seções. No primeiro capítulo será apresentado o cenário resumido da evolução do número de estudantes com deficiência no ensino superior no Brasil e na Universidade Federal do Ceará, trazendo a justificativa da pesquisa, a problemática envolvida, bem como seus objetivos e relevância do tema. Prosseguindo para o capítulo seguinte serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração da pesquisa. No próximo tópico serão abordados os marcos conceituais e legais sobre a inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência nas instituições de ensino, trazendo dispositivos legais que normatizam direitos e deveres destes alunos para o acesso e a permanência nas instituições de ensino. No quarto capítulo será apresentada a política de inclusão e acessibilidade da UFC, onde será mostrado todo o percurso desde as primeiras iniciativas da instituição até como se encontram estruturadas as ações, programas e projetos da secretaria de acessibilidade atualmente. No quinto capítulo será realizada análise dos resultados obtidos a partir da coleta de dados realizada com os estudantes com deficiência, docentes e agentes de acessibilidade e servidores da secretaria de acessibilidade. No último capítulo serão apresentadas considerações finais a partir da avaliação das políticas de inclusão e acessibilidade na Universidade.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico será descrito o percurso metodológico utilizado para alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa. Portanto, será apresentado o modelo de avaliação usado, as fontes da coleta dos dados, bem como os instrumentos e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.

Para esta pesquisa, foi usado o modelo experiencial de avaliação proposto por Raul Lejano (2012), tendo em vista que este modelo propõe uma avaliação que utiliza o processo de análise como ferramenta para conhecer e compreender a situação real da política, não limitando a avaliação à aferição e à quantificação de resultados.

O citado modelo propõe uma análise de políticas que deve considerar as múltiplas dimensões da experiência e do entendimento, atentando para a complexidade dos fenômenos – seu caráter processual, contextual, dinâmico e flexível, só apreensível pelo entendimento de sua realização na prática. Para o autor, se quisermos compreender porque as políticas e as instituições funcionam ou falham, precisamos penetrar no que são essas entidades realmente, não nos limitando a perceber como elas estão constituídas formalmente (RODRIGUES, 2016).

Este modelo se contrapõe aos tradicionais métodos de avaliação, exatamente por propor novos referenciais teórico-metodológicos que integram perspectivas quantitativas e qualitativas de análise, de forma a buscar uma compreensão mais profunda que ainda não foi alcançada pelos métodos clássicos de avaliação, pois estes, de acordo com o autor, falham por não capturarem a complexidade inerente aos programas reais.

De forma contrária aos modelos tradicionais, Lejano (2012), traz uma proposta de caráter não linear, onde as hipóteses surgem a partir de um processo circular entre a situação empírica e a reflexão conjunta entre pesquisador e grupo pesquisado, nas quais a teoria emerge da prática e os dados provêm de fontes diversificadas de informação (RODRIGUES, 2016).

Sendo assim, o modelo de avaliação experiencial busca compreender a política na prática, no diálogo com os que vivenciam a política, com recurso ao método etnográfico, modificando o desenho da avaliação não mais linear e sim em um processo sinérgico onde os envolvidos participam das etapas da pesquisa.

Portanto, para a avaliação da política escolhida na presente pesquisa foi utilizada a avaliação experiencial, uma abordagem pós construtivista, proposta por Raul Lejano (2012), que tem como foco analítico a experiência, ou seja, nesse modelo o que conta “[...] é nossa interpretação de uma situação em comparação com a experiência concreta dos atores políticos.” (LEJANO, 2012, p. 206).

A pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa, uma vez que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa preocupa-se com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

A metodologia qualitativa pressupõe uma análise e interpretação de aspectos mais profundos da complexidade do comportamento humano. “[...] fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 269).

Complementado o argumento dos autores acima, Minayo (2013) define o método qualitativo como aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais.

Do ponto de vista dos seus objetivos, tem natureza exploratória, uma vez que, segundo Gil (2007), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve levantamento bibliográfico, entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foram realizadas três fases: a) Pesquisa bibliográfica e documental; b) Pesquisa de campo; e c) análise dos dados. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa de campo tem o objetivo de apurar informações sobre um determinado problema a fim de se obter uma resposta ou a comprovação de uma hipótese.

Para a presente pesquisa, foram analisadas as unidades acadêmicas do Campus do Benfica da Universidade Federal do Ceará, sendo elas: Centro de Humanidades, Faculdade de Educação, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. A escolha do campus do Benfica para esta pesquisa justifica-se por ser o local onde há maior quantidade de estudantes com deficiência matriculados. No que se refere à unidade temporal da análise, as entrevistas e os

questionários que foram aplicados com os docentes, discentes com deficiência e agentes de acessibilidade e servidores da secretaria de acessibilidade, bem como a análise documental da política de inclusão e acessibilidade da Universidade Federal do Ceará foram realizados no segundo semestre de 2021 e no primeiro trimestre de 2022.

Com relação às fontes de coleta de dados, foram utilizados dados primários e secundários para atingir os objetivos desta pesquisa. As fontes dos dados primários serão as entrevistas e questionários realizados com os alunos com deficiência, docentes, agentes de acessibilidade e servidores da secretaria de acessibilidade. Entrevistas podem fornecer dados primários: informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia (MINAYO, 2009).

No que tange às fontes dos dados secundários foram utilizados os documentos institucionais que envolvem o referido programa, onde será analisado o conteúdo do programa nas suas bases conceituais, formulação e coerência interna. Para analisar a trajetória institucional da política, foram utilizados dados do site da secretaria de acessibilidade, anuários estatísticos da UFC, livros institucionais que tratam de todo o processo de formulação até a implementação da política.

No que se refere aos instrumentos, a técnica de coleta de dados utilizada ocorreu por meio de entrevistas e questionários. Conforme Miguel (2010) é uma técnica de interação social, interpenetração informativa, capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação.

Como instrumento para realizar entrevista foi utilizado um tópico guia semiestruturado no qual o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

De acordo com Minayo (2009), na entrevista semi estruturada o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

No que se refere ao questionário, segundo Gil (2007), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o

conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.". Assim, nas questões de cunho empírico, é o questionário uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade.

Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes de graduação com deficiência, tendo em vista que fazem parte do público alvo das ações da secretaria de acessibilidade, docentes, agentes de acessibilidade e servidores da secretaria de acessibilidade da UFC.

Aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o Parecer nº 4.912.466, a pesquisa foi realizada com 19 docentes, 19 discentes e 3 agentes de acessibilidade das Unidades Acadêmicas do Centro de Humanidades, Faculdade de Educação e Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Como também contou com a participação de 4 servidores da Secretaria de Acessibilidade: Técnico em assuntos educacionais, Técnico de Informática, Tradutora e Intérprete de Libras e Diretora da secretaria.

Para definir o número de entrevistados foi adotado o critério de saturação empírica dos dados no qual, depois de determinados números de entrevistas nenhum dado adicional é encontrado que possibilite ao pesquisador acrescentar propriedades a uma categoria, isto é, quando o pesquisador torna-se empiricamente confiante de que a categoria está saturada (GLASER; STRAUSS, 1967).

Para analisar, compreender e interpretar os dados colhidos nas entrevistas foi utilizada a técnica análise de conteúdo, que é uma técnica de pesquisa, que segundo Bardin (2010), representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Bardin (2010) apresenta etapas que devem ser seguidas pelos pesquisadores ao aplicar a Análise de conteúdo como técnica para análise dos dados, sendo elas: a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

A primeira delas é a Pré-análise, etapa que a autora apresenta para a organização da análise após a coleta dos dados. Nesta fase, para Bardin (2010), deve-se fazer uma leitura flutuante do material, para ver do que se trata; Escolher os

documentos que serão analisados (a priori) ou selecionar os documentos que foram coletados para a análise (a posteriori); Constituir o *corpus* com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; Formular objetivos; e por fim, preparar o material que será analisado.

A fase seguinte é a de exploração do material e abrange as etapas de codificação e categorização do material. Na codificação, deve ser feito o recorte das unidades de registro e de contexto. As unidades de registro podem ser a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento ou o documento. Para selecionar as unidades de contexto, deve-se levar em consideração o custo e a pertinência. Também deve ser feita a enumeração de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente. Esta, pode ser feita através da presença (ou ausência), frequência, frequência ponderada, intensidade, direção, ordem e co-ocorrência (análise de contingência). Depois da codificação, deve ser feita a categorização, que seguirá algum dos critérios: semântico, sintático, léxico ou expressivo.

A última parte desse percurso teórico é a interpretação dos resultados feita na Análise de Conteúdo por meio da inferência, que para Bardin (2010, p. 41) é a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”.

Para ter êxito no uso desse modo de interpretação de resultados, o pesquisador precisa dominar as orientações teóricas da Análise de Conteúdo, agora com relação ao olhar, no sentido de obter as respostas que precisa diante dos problemas que a metodologia está apta a responder (BARDIN, 2010).

Existem várias modalidades de análise de conteúdo, no entanto será utilizada a análise temática, uma vez que além de ser a mais simples, é considerada apropriada para investigações qualitativas. Sobre a análise temática, Minayo (2009), acrescenta que ela consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado.

### **3 MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS**

A seguir serão apresentados os conceitos de inclusão, deficiência e acessibilidade, bem como o aparato legal que incube ao poder público fomentar políticas públicas de respeito às diferenças, identificação e eliminação de barreiras para educação de pessoas com deficiência, de forma a proporcionar o acesso e a permanência desses estudantes nas instituições de ensino.

#### **3.1 Definições de inclusão, deficiência e acessibilidade**

Os séculos anteriores ao XX foram marcados por épocas de profundos preconceitos pela sociedade em relação àqueles considerados diferentes, sejam por suas religiões, etnias, situações econômicas ou condições físicas/mentais. Nesse contexto, as pessoas com deficiência eram afastadas do convívio da sociedade e tinham seus direitos por muitas vezes reduzidos. Em seus estudos sobre inclusão, Stainback e Stainback (1999, p. 28), relata como os estudantes com deficiência eram tratados:

Os alunos com deficiência eram encarados como obstáculos para o funcionamento tranquilo das escolas e das salas de aula, pois careciam de habilidades para enfrentar as exigências acadêmicas e disciplinares. Achava-se que sua presença prejudicaria a aprendizagem dos outros alunos ou que até mesmo teria uma influência moral subversiva.

Dessa forma, pode-se notar que os estudantes com deficiência eram excluídos da participação no sistema escolar, pois a sua inclusão poderia acarretar danos as já consolidadas normas padrões do sistema educacional da época. Portanto, estes alunos acabavam por ter seus direitos básicos negligenciados, o que gerava prejuízos ainda maiores para essa parcela da população.

No que se refere à Educação Superior no Brasil, a história mostra que ela vem sendo por muito tempo caracterizada como elitista, transformando-se em um espaço para poucos privilegiados, na qual uma parcela significativa da população era excluída e as pessoas com deficiência praticamente não tinham acesso à educação. Até o início da década de 1980, poucas pessoas com deficiência tinham acesso ao ensino superior no país. Todavia, a partir da instituição do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (1981) e da Instituição da Década das

Nações Unidas para a pessoa com deficiência (1983-1992), passou-se a refletir sobre melhorias de condições de vida para estas pessoas e, conseqüentemente, uma ampliação no número de acesso à educação superior (MAGALHÃES, 2006).

Deste modo, a partir do momento em que passaram a discutir os direitos de igualdade e cidadania para as pessoas com deficiência, algumas mudanças começaram a surgir e a impulsionar a criação de uma política educacional mais justa, sobretudo, para as pessoas com deficiência.

Nas instituições de ensino superior o debate sobre a inclusão se inscreve na discussão mais ampla do direito de todos à educação e na igualdade de oportunidades de acesso e permanência, com sucesso, nessa etapa de ensino. Para tanto, é necessário primeiramente compreender do que se trata o conceito de inclusão.

Mantoan (2003) define a inclusão como a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. De acordo com o autor, a inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, classe social ou cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã incompleta.

Complementando a definição acima, Ross (2003, p. 3) afirma que incluir “[...] é oferecer mudanças para manifestação do humano e não a simples readequação físico-espacial dos sujeitos.” Dentro de uma perspectiva de trabalho inclusivo, portanto, incluir é muito mais que proporcionar ao discente o convívio social e acesso ao conhecimento, mas é construir um “sentimento de profundo respeito à diferença”, não submetendo esses sujeitos a uma forma única de convívio, desrespeitando suas especificidades ou que visem uma norma padrão.

De acordo com Mantoan (2003, p. 53)

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso ao conhecimento. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.

A inclusão, portanto, pressupõe que todos os alunos tenham uma resposta educativa num ambiente regular que lhes proporcione o desenvolvimento

das suas capacidades. Este princípio vem expresso também na Declaração de Salamanca, a qual dispõe sobre princípios, política e prática em educação especial.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola” (UNESCO, 1994, p. 5).

Dessa forma, o princípio da escola inclusiva torna-se mais abrangente dando espaço e igualdade de oportunidades a todos os estudantes de todas as condições físicas e sociais. Sánchez (2005) esclarece que a educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como meio de assegurar que os alunos com deficiência, tenham os mesmos direitos que os demais. Portanto, passa-se a falar de uma educação inclusiva, se esta responder a todos, independentemente das características particulares de cada um.

Sasaki (2005), por sua vez, ressalta que a inclusão gera grandes mudanças educacionais a partir do momento em que a política de inclusão destes alunos não se resume somente na presença e permanência física, mas objetiva revisar concepções, respeitando, aceitando e valorizando as diferenças de cada um, exigindo e fazendo com que o ambiente educacional crie espaços inclusivos para que acompanhem os diferentes ritmos de aprendizagem dos seus alunos, com currículos adaptáveis, de modo a proporcionar uma educação de qualidade.

A Constituição Federal de 1988 quando garante a todos o direito à educação (BRASIL, 1997), segundo Mantoan (2003) não usa adjetivos, o que implica no entendimento de que toda instituição educacional deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou qualquer outro condicionante que a coloque em condição de vulnerabilidade social. Todavia, no caso de pessoas que necessitam de atendimento diferenciado na educação superior, esse direito aparentemente tem sido desrespeitado. Esses estudantes, por apresentarem uma maneira peculiar de lidar com o saber ou necessitarem de recursos adicionais para

viabilizar seus processos de participação e aprendizagem nos espaços educacionais, desafiam o sistema de ensino em todos os níveis e modalidades a rever profundamente suas práticas para conseguir efetivar a inclusão destes estudantes.

Dessa forma, o trabalho inclusivo é orientado pela ideia de que todos os alunos têm a capacidade de aprender, de acordo com o tempo e o jeito que lhes são idiossincráticos. A extensão, a profundidade e a forma de adaptar as atividades se constituem em desafios para o professor inclusivo trabalhar com os conteúdos ministrados (MANTOAN, 2003).

Para tratar a inclusão por esta perspectiva é importante também discutir sobre o conceito de deficiência, sobre questões relacionadas à acessibilidade para entendermos essa proposta na sua amplitude. Nesse sentido, Skliar (1999) argumenta que devemos compreender o discurso da deficiência para entender que o objeto desse discurso não é a pessoa considerada deficiente, mas processos sociais, históricos, culturais e econômicos que “regulam e controlam a forma acerca de como são pensados e inventados os corpos e as mentes dos outros”, sendo, portanto importante invertermos aquilo constituído como norma e regime de verdade.

O conceito de pessoa com deficiência passou por algumas significativas transformações ao longo dos anos, quando então a sociedade passou a voltar o seu olhar não só para o indivíduo, mas também para a sociedade que o cerca. Como exemplo, temos a redação original da Lei Orgânica de Assistência Social de nº 8.742/93, que conceituava como deficiente a pessoa incapaz para o trabalho e para a vida independente. Da mesma forma, a redação dada pelo Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definia deficiência como “Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 2004a, p. 1).

Todavia, desde a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pelo Brasil em 09 de julho de 2008, nos termos do §3º do art. 5º da Constituição Federal e, portanto, com equivalência de emenda constitucional, o ordenamento jurídico brasileiro passou a possuir um novo conceito baseado em critérios sociais, e não mais apenas médicos (VIEIRA, 2016).

A referida Convenção aponta para a incompletude do conceito de deficiência, que deverá ser verificado e atualizado em cada momento/contexto histórico, apontando, ainda, para sua dimensão social, e não mais a considerando como algo intrínseco à pessoa. A disposição do preâmbulo da Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (NAÇÕES UNIDAS, 2008), conceitua deficiência como

[...] um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 27).

Vale lembrar, que a concepção de que as pessoas com deficiência são incapazes para o trabalho e para a vida independente está tão arraigada no ordenamento jurídico que a Lei 12.435, de 06 de julho de 2011, insistiu em equiparar deficiência à incapacidade. Contudo, ao perceber o anacronismo, o dispositivo foi revogado pela Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011, que reproduziu o conceito previsto na convenção.

A Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denominado Estatuto da Pessoa com Deficiência, veio confirmar esse novo conceito e adequar a legislação brasileira ao disposto na Convenção. O art. 2º do Estatuto passa então a definir como pessoa com deficiência aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Dessa forma, compreende-se que o novo conceito considera que a deficiência não está na pessoa, mas na relação entre a pessoa (que tem impedimento em alguma área) com o meio (barreiras), que impedem sua participação plena na sociedade.

De fato, o núcleo da atual definição é a interação dos impedimentos que as pessoas têm com as diversas barreiras, tendo como resultado a impossibilidade do pleno exercício dos seus direitos sociais. A deficiência não é mais, assim, vista como algo intrínseco à pessoa, como pregavam as definições puramente médicas

(impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial); a deficiência está na sociedade, não na pessoa (VIEIRA, 2016).

Nesse sentido, Fonseca (2008) esclarece que impedimentos de caráter físico, mental, intelectual e sensorial são atributos, peculiaridades ou predicados pessoais, os quais, em interação com as diversas barreiras sociais, podem excluir as pessoas que os apresentam da participação da vida política, considerada no sentido mais amplo.

De forma semelhante às definições anteriormente citadas, Leitão (2014) complementa a definição de pessoas com deficiência como aquelas que se diferenciam por suas singularidades determinadas pela condição de deficiência que apresentam, seja de natureza física, sensorial, e/ou intelectual. Estas singularidades, segundo a autora, que anteriormente atraíam os olhares apenas para as pessoas que a detinham, passam a voltar-se para o ambiente físico e social a fim de garantir o efetivo acesso para tudo a todos, buscando assim adaptações a estas pessoas.

Conforme explanado, o termo deficiência é um conceito em constante transformação, de caráter multidimensional e o envolvimento da pessoa com deficiência na vida comunitária depende de a sociedade assumir sua responsabilidade no processo de inclusão, visto que a deficiência é uma construção social. Esse conceito não se limita ao atributo biológico, pois se refere à interação entre a pessoa e as barreiras ou os elementos facilitadores existentes nas atitudes e na provisão de acessibilidade e de tecnologia assistiva (MAIOR, 2015).

Diante desta realidade cada vez mais presente, o termo acessibilidade se faz recorrente. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 06 de Julho de 2015, em seu artigo 3º, inciso I, trata a definição de acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, p. 2).

Complementando a definição acima, Leitão (2014, p. 23) discorre sobre a acessibilidade como

[...] condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, que se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, lingüística e pedagógica, dentre outras.

No senso comum, acessibilidade parece evidenciar os aspectos referentes ao uso dos espaços físicos. Entretanto, numa concepção mais ampla, a acessibilidade é condição de possibilidade para a transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social. Portanto, a acessibilidade é uma questão de direito conquistado gradualmente ao longo da história social, e implica no respeito às diferenças e na identificação e eliminação dos diversos tipos de barreiras (LEITÃO, 2014).

Dessa forma, para que a acessibilidade possa ser promovida é necessário dar às pessoas com deficiência condições de uso dos espaços urbanos, dos serviços de transporte, dos meios de comunicação e informação, do sistema de educação, eliminando barreiras e garantindo assim a inclusão social daqueles que apresentam alguma condição de deficiência.

De acordo com estudos desenvolvidos por Sasaki (2005), é possível identificar sete dimensões da acessibilidade que são importantes e complementares entre si, sendo elas: arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental, natural e programática. Segundo o autor, acessibilidade arquitetônica consiste na eliminação de barreiras ambientais físicas nos recintos internos e externos, bem como em transportes públicos.

Vale lembrar a diferenciação existente entre a micro e a macroacessibilidade física, uma vez que a primeira diz respeito às condições físicas de acessibilidade em pequenos trajetos do dia a dia, e é componente da macroacessibilidade, que tem abrangência maior e está relacionada ao acesso à cidade em si (VASCONCELLOS, 2001).

Por sua vez, a acessibilidade comunicacional, como o nome já diz, corresponde na eliminação de barreiras na comunicação interpessoal, seja ela faceaface, língua de sinais, corporal ou gestual; na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

A terceira classificação da acessibilidade corresponde à metodológica, a qual está atrelada a eliminação de barreiras em métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares, etc). No que se refere à acessibilidade natural, esta trata da extinção de barreiras da própria natureza. Um cadeirante, por exemplo, terá dificuldades em se locomover em uma vegetação irregular, ou uma calçada repleta de árvores.

A acessibilidade atitudinal, no que lhe concerne, corresponde a programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceito, estigmas, estereótipos e discriminações. A acessibilidade instrumental, por sua vez, trata da eliminação de barreiras de instrumentos e utensílios de estudo, de atividades da vida diária e de lazer, esporte e recreação. Por fim, o autor apresenta a última classificação de acessibilidade, a programática, a qual se refere a eliminação de barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc) e em normas de um geral (SASSAKI, 2005).

Como é possível perceber, o termo acessibilidade é aplicável a diversos contextos e em imprescindíveis conjunturas, além daquelas referentes às adaptações arquitetônicas. Os ambientes educacionais, por exemplo, são espaços distintos onde são fundamentais diversas mudanças e adaptações para atender as diferentes necessidades dos indivíduos que nela estão inseridos (FAVERO; COSTA, 2014).

Devido a isso, é importante assinalar que a acessibilidade no contexto educacional pode contribuir para a melhoria do processo de ensino aprendizagem e ser uma importante ferramenta para que os estudantes com deficiência consigam alcançar condições de igualdade perante os demais.

### **3.2 Marcos legais sobre Inclusão e Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior**

A legislação brasileira apresenta inúmeros dispositivos legais que discorrem sobre os direitos da pessoa com deficiência. Estes aparatos legais, tem como objetivo buscar a promoção de políticas e programas inclusivos a fim de eliminar as possíveis barreiras que impedem o acesso e a permanência do estudante com deficiência nas instituições de ensino.

A constituição de 1988 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por sua vez, já previam como dever do estado e da sociedade assegurar às pessoas com deficiência a efetivação de direitos, como educação, lazer e outras atividades que garantam o bem-estar pessoal e social, deixando claro, portanto, que o desenvolvimento de ações que visem à acessibilidade não se trata de filantropia ou caridade, mas sim de um dever legal.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 06 de Julho de 2015, no Art. 27 (BRASIL, 2015), por exemplo, ressalta que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Desta forma, sendo, portanto dever do estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Dentre outras incumbências propostas pela citada lei ao poder público estão a de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de

igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva; planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva; acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.

No que se refere à educação das pessoas com deficiência, instrumentos legais como a circular de nº 277 MEC/GM de 1996 (BRASIL, 1996a) e a portaria 3.284 de 2003 (BRASIL, 2003) já tratavam da elaboração e efetivação de políticas inclusivas nas instituições de ensino superior.

A Circular de nº 277 MEC de 1996 (BRASIL, 1996a), por exemplo, discorre sobre o processo de ingresso dos alunos com deficiência ao ensino superior, bem como solicita o desenvolvimento de ações que possibilitem a flexibilização dos serviços educacionais e da infra-estrutura, como também a capacitação de recursos humanos, de modo a melhor atender às necessidades especiais dos portadores de deficiência, possibilitando a permanência com qualidade a esses alunos no ensino superior.

Buscando medidas mais efetivas, o Ministério da Educação, por sua vez, divulgou a Portaria nº 3.284 de 2003, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade para as pessoas com deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior no país (BRASIL, 2003). A partir dela, os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, passaram a ter que proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com o intuito de reforçar as orientações dos dispositivos legais mencionados anteriormente, foi promulgada, em Janeiro de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008c).

Portanto, de acordo com esta Política a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ainda no ano de 2008, foi publicado o Decreto de nº 6.571, o qual dispõe sobre o atendimento educacional especializado, servindo como um sistema de apoio à escolarização de alunos com necessidades especiais educacionais.

Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado:  
I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;  
II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;  
III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;  
IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino (BRASIL, 2008a, p. 1).

O dispositivo legal salienta que as instituições de ensino receberão apoio técnico e financeiro para a realização de ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado que vão de acordo com os objetivos apresentados acima, bem como, a implantação de salas de recursos multifuncionais; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para acessibilidade; e estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Outro documento fundamental para a educação dos alunos surdos é o decreto Nº 5.626 de 2005 que regulamenta a lei Nº 10.436 de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que em seu capítulo VI (BRASIL, 2005a). Este documento afirma que as instituições federais de ensino de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS.

Ainda objetivando a efetivação da inclusão e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino superior, o governo federal conta com dois programas governamentais: o programa de acesso à universidade para estudantes com deficiência (Incluir) (BRASIL, 2005b) e o programa de apoio do Ministério da Educação às Universidades Públicas (PROESP) (BRASIL, 2008c).

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), criado em 2005, propõe ações que buscam garantir o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior. Ele tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2005b).

Com o intuito de promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas IFES, o programa lança editais para apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas Ifes. Uma vez que, os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas (BRASIL, 2005b).

O outro programa lançado pelo governo federal, o PROESP (Programa de Apoio à Educação Especial), foi criado em 2003 e tinha como objetivo apoiar e incentivar a pesquisa em educação especial e cursos relacionados à formação dos professores do ensino infantil, fundamental, médio e superior, nas modalidades de educação de jovens e adultos e na educação profissional (ANACHE; ROVETTO; OLIVEIRA, 2014).

O citado programa buscava apoiar projetos de pesquisa e formação de recursos humanos, no âmbito da pós-graduação stricto sensu, voltadas à produção e avaliação de referenciais, metodologias e recursos de acessibilidade na educação

e demais processos pedagógicos e formativos que envolvem o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, realizado de forma complementar ou suplementar à escolarização (BRASIL, 2005b).

É importante salientar também a criação, em 2016, da Lei nº 13.409 (BRASIL, 2016), que favoreceu o acesso e a necessidade de inclusão no ensino superior. Esta dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Por meio dela as pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas das instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas.

A seguir, tem-se um breve histórico das principais leis, diretrizes e programas sobre educação especial do Brasil que foram de suma importância para a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente educacional, conforme o quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Legislação sobre inclusão e acessibilidade no ambiente educacional

Ano	Legislação	Assunto
1988	Artigo 205 da Constituição Federal	define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.
1994	Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793	recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes.
1996	Lei nº 9.394 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB)	define educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.
1999	Decreto nº 3.298	dispõe sobre a Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. A educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

continua

continuação

Ano	Legislação	Assunto
2001	Parecer CNE/CP nº 9	institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior. Estabelece que a educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos docentes das diferentes etapas inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.
2002	Lei nº 10.436	dispõe sobre a Língua brasileira de sinais (Libras). Reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados.
2002	Portaria MEC nº 2.678	aprova o projeto da grafia braille para a língua portuguesa, recomenda seu uso em todo o território nacional e estabelece diretrizes e normas para a utilização, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino
2003	Portaria nº 3.284	dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.
2004	Programa universidade para todos (PROUNI)	programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes. Pessoas com deficiência podem concorrer a bolsas integrais.
2005	Programa de acessibilidade no ensino superior (Programa incluir)	propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (ifes). O programa tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nessas unidades, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.
2005	Decreto nº 5.626	regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular; a formação e a certificação do professor, instrutor, tradutor e intérprete; o ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	recomenda a acessibilidade arquitetônica Site externo dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado (AEE).
2007	Decreto nº 6.094	implementa o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que destaca a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas.

continua

continuação

Ano	Legislação	Assunto
2008	Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva	documento de grande importância, fundamenta a política nacional educacional e enfatiza o caráter de processo da inclusão educacional desde o título: “na perspectiva da”. Ou seja, ele indica o ponto de partida (educação especial) e assinala o ponto de chegada (educação inclusiva).
2008	Decreto legislativo nº 186	aprova o texto da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. O artigo 24 da Convenção aborda a educação inclusiva.
2009	Decreto executivo nº 6.949	promulga a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo.
2011	Plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência (Plano viver sem limite)	no art. 3º, estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes. Ele se baseia na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que recomenda a equiparação de oportunidades. O plano tem quatro eixos: educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde. O eixo educacional prevê: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de salas de recursos multifuncionais, espaços nos quais é realizado o AEE;</li> <li>• Programa escola acessível, que destina recursos financeiros para promover acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva;</li> <li>• Programa caminho da escola, que oferta transporte escolar acessível;</li> <li>• Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (Pronatec), que tem como objetivo expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica no país;</li> <li>• Programa de acessibilidade no ensino superior (Incluir);</li> <li>• Educação bilíngue – Formação de professores e tradutores-intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras);</li> <li>• BPC na escola.</li> </ul>
2011	Decreto nº 7.611	declara que é dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência; aprendizado ao longo da vida; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação, entre outras diretrizes.
2011	Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 06	dispõe sobre avaliação de estudante com deficiência intelectual. Estabelece que cabe ao professor do atendimento educacional especializado a identificação das especificidades educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum. Por meio de avaliação pedagógica processual, esse profissional deverá definir, avaliar e organizar as estratégias pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento educacional do estudante, que se dará junto com os demais na sala de aula. É, portanto, importantíssima a interlocução entre os professores do AEE e da sala de aula regular.

continua

continuação

Ano	Legislação	Assunto
2012	Decreto nº 7.750	regulamenta o Programa um computador por aluno (PROUCA) e o regime especial de incentivo a computadores para uso educacional (REICOMP). Estabelece que o objetivo é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática.
2014	Plano nacional de educação (PNE)	define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A meta 4, sobre educação especial, causou polêmica: a redação final aprovada estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Constituição federal e o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para todas as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”.
2015	Lei nº 13.146 – Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI)	o capítulo IV aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras. O AEE também está contemplado, entre outras medidas.
2016	Lei nº 13.409	dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. O cálculo da cota será baseado na proporcionalidade em relação à população, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
2017	Decreto nº 9.235	dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
2020	Decreto nº 10.502	<p>institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. (Atualmente suspenso pelo STF tendo em vista que teria como real objetivo discriminar e segregar os alunos com deficiência, ao prever o incentivo à criação de escolas e classes especializadas para esse grupo).</p> <p>A suspensão se deu pela Medida Cautelar da ADI 6590 DF. O Ministro Dias Toffoli em decisão monocrática entendeu que o decreto fazia da exceção: escolas especializadas em regra, sendo involução nas tratativas sobre a temática.</p>

Fonte: Gil (2017), incorporando atualizações de legislação (BRASIL, 1994, 1996, 1997, 1999, 2001, 2002a, 2002b, 2003, 2004b, 2005a, 2005b, 2007a, 2007b, 2008a, 2008c, 2008d, 2009, 2011a, 2011b, 2011c, 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2020).

Diante destas determinações legais e da já mencionada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015, bem como do aumento do número de matrículas decorrentes da lei das cotas a qual destina que todas as universidades federais deverão ter cota para pessoas com deficiência física, estas instituições têm como desafio concretizar políticas públicas que atendam e respeitem as especificidades da deficiência de cada aluno. Para tanto, estas enfrentam diversas barreiras no processo de acesso e permanência, com qualidade no ensino superior.

Moreira (2005) ressalta que a existência dos aparatos legais, apesar de importantes, não garantem a efetivação de políticas e programas inclusivos. De acordo com o autor, uma educação que prime pela inclusão deve ter investimentos em materiais pedagógicos, em qualificação de professores e em infraestrutura adequada para o acesso, permanência e conclusão dos estudantes com deficiência.

Portanto, para se ter acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis pressupõe a adoção de medidas de apoio específicas para garantir as condições de acessibilidade, necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes com deficiência, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social.

## **4 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

A seguir será apresentado um breve histórico de como surgiram as primeiras iniciativas com relação à política de inclusão e acessibilidade da Universidade Federal do Ceará até como se encontram estruturadas as ações, programas e projetos da secretaria de acessibilidade atualmente.

### **4.1 Projeto Acesso UFC**

Considerando que a Universidade conta com uma extensa área distribuída entre Pici, Benfica, e Porangabussu e mais algumas unidades dispersas, além dos campus do interior. Tem-se o grande desafio de promover a acessibilidade física adequando os edifícios existentes e implementando, nas novas edificações, obedecendo à legislação vigente, dirimindo possíveis barreiras arquitetônicas e proporcionando a todos os usuários, sejam alunos, servidores ou visitantes, o acesso e a livre circulação (SANTIAGO; SILVEIRA, 2014).

Desta forma, buscando tentar adequar a sua grande área física, a UFC, por meio da antiga Superintendência de Planejamento Físico e Operações (PLANOP), atual coordenadoria de Projetos e Obras (COP), elaborou, em 2002, o chamado Projeto Acesso UFC. O Professor Ademar Gondim e as arquitetas Regina Cunha e Magda Campelo, conduziram esta primeira iniciativa de tornar acessível as edificações da Universidade.

Esse projeto tinha como objetivo a execução do levantamento do número de pessoas com deficiência na UFC, seus respectivos locais e condições de trabalho, bem como a elaboração de estudos para atendimento prioritário deste público alvo. Posteriormente, a fim de mensurar os custos necessários para eliminação de barreiras arquitetônicas na instituição, foi realizado um levantamento da necessidade de intervenção em toda a área construída da UFC, porém restringindo-se à adequação de banheiros, construção de rampas e instalação de plataformas.

Entre o ano de 2002 e 2003 foram executados pela PLANOP, vinte e quatro projetos de acessibilidade, sendo 62% das intervenções realizadas no

Benfica, área com maior número de pessoas com deficiência, 34% no Pici e 4% no Porangabussu.

## **4.2 O Projeto UFC Inclui**

A ampliação de instrumentos legais que discorrem sobre políticas públicas direcionadas para pessoas com deficiência impulsionou um aumento de programas vindos do governo federal no que concerne a temática da inclusão em instituições de ensino. No tocante a inclusão no âmbito do ensino superior, o Programa Incluir do Ministério da Educação (MEC/SESu), criado em 2005, impulsionou as instituições federais de ensino superior (IFES) a avaliarem as suas condições de acessibilidade.

Este programa propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES). Ele tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nestas instituições, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (BRASIL, 2018).

Desde 2005, o programa lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas Ifes. A implementação desses núcleos melhora o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. Após o lançamento do programa foram recebidas propostas de universidades do Brasil inteiro, mas somente as que atenderam às exigências do programa foram selecionadas para receber o apoio financeiro do MEC (BRASIL, 2018).

Foi então quando as ações iniciais da UFC passaram a ser realizadas, destacando-se o chamado Projeto UFC Inclui, que foi contemplado com três chamadas públicas do MEC/SESu. O citado projeto objetivava a estruturação de um setor dentro da UFC que garantisse as ações de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.

O Projeto obteve um financiamento de R\$ 77.198,00 (setenta e sete mil, cento e noventa e oito reais) e atuou em três eixos: pedagógico, arquitetônico e

atitudinal, os quais se referem, respectivamente a: (a) discussão de teorias, métodos e técnicas pedagógicas próprias da educação especial, para favorecer a inclusão e equiparação de oportunidades a alunos com deficiência na UFC; (b) promoção de mudanças na estrutura física da UFC, a fim de permitir o acesso de pessoas com deficiência física e/ou visual aos edifícios e salas dessa IES; e (c) estímulo à reflexão, por parte de docentes e discentes da UFC, sobre a educação e profissionalização de alunos com deficiência e sobre a necessidade de preparação dos alunos da UFC para um mercado de trabalho que inclua pessoas com deficiência, permitindo a criação de uma cultura inclusiva na UFC (LIRA, 2014).

A principal proposta do Projeto UFC Incluir foi criar um Centro de Educação Inclusiva para alunos com deficiência (CEIN-AD/UFC) na Universidade, com o intuito de permitir a definição e implementação de ações relacionadas à inclusão desses alunos nas diferentes unidades acadêmicas da instituição.

Destacaram-se, entre as ações a serem definidas e implementadas pelo CEIN-AD/UFC, aquelas referentes à integração de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação e capacitação de alunos com deficiência para o trabalho. Associada a esta meta estava a proposta de criação e manutenção de Laboratório de Informática Educativa para alunos com deficiência (LIE-AD/ UFC). Além da criação do CEIN-AD e de LIE-AD foi prevista a realização de levantamento sobre alunos com deficiência na UFC - condições pedagógicas; ciclo de palestras; cursos, treinamentos e oficinas de sensibilização. Quanto à acessibilidade física e arquitetônica, foi prevista a execução de adaptações em banheiros e construção de rampas em algumas unidades da UFC, localizadas principalmente no campus do Benfica, onde estudava a maioria dos alunos com deficiência. (LIRA, 2014, p. 25).

De acordo com Lira (2014), estas propostas e metas estavam associadas aos seguintes objetivos específicos do Projeto UFC Incluir: possibilitar ao aluno com deficiência a acessibilidade à informação através do uso de recursos tecnológicos capazes de dar suporte a atividades educacionais e de trabalho; possibilitar aos educandos com deficiência física e/ou visual o livre acesso aos edifícios e salas da instituição; favorecer a equiparação de oportunidades educacionais aos alunos com deficiência na UFC; promover a discussão sobre as deficiências sensoriais, motoras e mentais e sobre problemas que os alunos com deficiência vivenciam na sua educação e capacitação para o trabalho, buscando encontrar soluções possíveis para esses problemas no âmbito da sociedade local; criar oportunidades de trocas entre indivíduos com e sem deficiências, a fim de que, a partir dos contatos e relações estabelecidos, poder difundir o conhecimento sobre as deficiências,

levando a quebra de preconceitos, ao respeito às diferenças, atitudes positivas etc.; discutir o papel exercido pela universidade brasileira no que se refere a formação de cidadãos com deficiência e apontar as diversas possibilidades de atuação da academia, de forma a minimizar as dificuldades encontradas pelo aluno com deficiência na sua trajetória universitária; e preparar alunos de diversos cursos da UFC para atuar em mercado de trabalho que inclua pessoas com deficiência, favorecendo, dessa forma, a inclusão social.

As principais ações realizadas no âmbito do Projeto UFC Incluir em 2005 e 2006 foram: levantamentos sobre quem são e como estão os alunos com deficiência e quais os projetos inclusivos da UFC; lançamento do Projeto; serviço de adaptação de material pedagógico para atender a alunos com deficiência visual; ações para a criação do Centro de Educação Inclusiva; realização de Ciclo de Debates de: abril a dezembro, com total de 16 mesas-redondas; execução das obras arquitetônicas previstas, referentes a adaptações em banheiros e construções de rampa em 8 unidades da UFC; realização de eventos, cursos e oficinas para sensibilização da população acadêmica; organização de livro sobre o Projeto UFC Incluir; Projeto para a criação de Centro Digital de apoio ao Aluno com Deficiência da UFC que envolve biblioteca de livros falados e digitalizados, laboratório de informática, sala de videoconferência e banheiro adaptado; e parceria com o Ministério Público Federal para a conscientização necessária ao cumprimento das leis que versam sobre os direitos das pessoas com deficiência (LIRA, 2014).

Os resultados dos levantamentos realizados no âmbito do Projeto UFC Incluir também indicaram a existência de 12 projetos de ensino e/ ou extensão, que desenvolvem trabalhos com temática voltada à pessoa com deficiência. Tais projetos inclusivos foram oriundos de diversos centros e unidades acadêmicas, como Arquitetura e Urbanismo, Educação, Enfermagem, Línguas Estrangeiras, Medicina e Odontologia. Vale salientar que há projetos em convênio com instituições especializadas ou outras universidades brasileiras, o que certamente enriquece e amplia a atuação dos mesmos, sendo eles:

- Núcleo de Tratamento e Estimulação Precoce - NUTEP (Medicina)
- Núcleo de Atendimento e Estudos em Pacientes Especiais - NEPE (Odontologia)
- Programa Todos os Sentidos - Rádio Universitária (Línguas Estrangeiras)
- Projeto Acessibilidade e Inclusão (Faculdade de Educação)

- Projeto Saúde Ocular (Enfermagem)
- Curso Pré-Universitário Ludwig Van Beethoven (Convênio UFC e SEDUC-Centro de Capacitação de Profissionais da Educação das Pessoas com Surdez - CAS)
- Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS (Convênio UFC e UFSC)
- Diagnóstico Auditivo - NUTEP (Medicina)
- Projeto Acessibilidade nas Escolas Públicas (Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design)
- Programa de Educação Permanente e Capacitação Profissional de Cirurgiões - Dentistas (Odontologia)
- Curso de Especialização lato sensu sobre Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental (Convênio UFC e Laboratório de Estudos e Diversidade da UNICAMP)
- Projeto UFC Incluir (Faculdade de Educação / Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design)

Portanto, é possível perceber que o Projeto UFC Incluir, como um projeto interdisciplinar, que veio pressionar a administração superior a assumir institucionalmente uma política de inclusão e acessibilidade, sendo a sua atuação de extrema importância para o prosseguimento de outras promovidas dentro da instituição que serão apresentadas a seguir.

### **4.3 A Comissão Especial de Educação Inclusiva**

Diante da pertinência da temática e da real necessidade de ações voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência dentro da Universidade, em novembro de 2009, foi criada a chamada Comissão Especial de Educação Inclusiva (CEIn), que foi designada para realizar estudos das condições de acessibilidade, com a finalidade de propor políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência na UFC. Com uma equipe composta por docentes de várias áreas do conhecimento, e por representantes do segmento de servidores técnico-administrativo e de alunos com deficiência, a comissão realizou por seis meses um extenso trabalho, no qual foram compartilhadas expectativas e proposições, discutidos aspectos conceituais, realizados levantamentos e estudos das condições de acessibilidade dentro da Universidade (LEITÃO, 2014).

Os levantamentos realizados pela CEIn permitiram a coleta de dados e informações parciais acerca das condições de acessibilidade na UFC, abordando os aspectos que dizem respeito às atitudes; condições físicas; tecnológicas; acesso ao conhecimento e a informações; formação de discentes, docentes e servidores técnicos-administrativos para a acessibilidade; e desenvolvimento de pesquisas e estudos realizados nos cursos de graduação e de pós-graduação. A esses levantamentos realizados por amostragem foram acrescentados os resultados de estudos anteriores acerca das condições pedagógicas oferecidas aos estudantes e depoimentos de servidores. (LEITÃO, 2014, p. 25).

Os resultados destes estudos e discussões revelaram que as ações inclusivas promovidas pela UFC para os estudantes com deficiência eram realizadas de forma pouco sistemática, contingente e emergencial. Estas ocorriam quase que exclusivamente sob a demanda dos estudantes com deficiência que ingressavam na universidade, deparando com barreiras físicas, atitudinais e linguísticas.

No que se refere a acessibilidade arquitetônica, a comissão detectou que devido a maioria dos prédios pertencentes a UFC terem sido construídos há mais de 50 anos, época na qual ainda não se discutia os direitos das pessoas com deficiência, muito menos implementavam em seus projetos, estes não contavam com padrões de acessibilidade. Entretanto, convém ressaltar também que mesmo em edificações mais recentes ainda se observa ausência de padrões estabelecidos pela legislação vigente, apresentando inúmeras inadequações para a acessibilidade. Apesar dos esforços da UFC para tentar adequar sua extensa área física, as ações ainda apresentam caráter emergencial e contingencial.

De acordo com Leitão (2014), os resultados dos estudos da comissão também mostraram a quase inexistência de componentes curriculares que contemplassem conteúdos relativos à temática inclusão, acessibilidade ou condições de deficiência. Ademais, estudos desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFC demonstraram que uma significativa maioria dos docentes desconhecem as singularidades do processo de aprendizagem de seus alunos com deficiência, revelando a complexidade que é adaptar recursos e estratégias de ensino e de avaliação da aprendizagem, assim como ao que se refere às adaptações curriculares.

Esses estudos demonstraram as dificuldades que, em geral, têm os professores em lidar com os processos de avaliação da aprendizagem de seus alunos e, principalmente, com aqueles que têm alguma necessidade específica resultante das condições de deficiência sensoriais ou físicas que apresentam. (LEITÃO, 2014, p. 27).

Por fim, de acordo com Leitão (2014), o desenlace desses estudos demonstrou que muito embora a UFC já venha apresentando determinadas ações que são favoráveis à condição de acessibilidade, é urgente a necessidade de proposições e efetivação de ações que: garantam a adequação de práticas e recursos pedagógicos que atendam às necessidades específicas dos estudantes com deficiência; promovam a formação docente e do segmento técnico-administrativo e de serviços para a acessibilidade; estimulem a realização de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias assistivas; permita que todos tenham acesso ao conhecimento e à informação; e, ainda, a adequação dos ambientes e condições de trabalho.

Toda essa discussão acerca desta temática na UFC alicerçaram a elaboração do chamado documento *Políticas de Acessibilidade da UFC*, no qual estão inseridas políticas e estratégias de ação que colaborem para o acesso e inclusão de alunos, docentes e servidores técnico-administrativo com deficiência.

#### **4.4 A Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui**

No ano de 2010, com o intuito de criar um órgão capaz de elaborar e implantar políticas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência na Universidade Federal do Ceará, foi institucionalizada a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui. Esta tem como objetivo elaborar, executar e gerenciar ações, oferecer suporte às unidades acadêmicas e administrativas para a efetivação da acessibilidade, e estimular o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na UFC. O citado órgão tem como público alvo todas as pessoas, sobretudo, aquelas com deficiência integrantes da comunidade interna, acrescida das pessoas que usufruem de serviços por ela oferecidos, por meio de ações de extensão (LEITÃO, 2014).

Vale ressaltar a participação das Professoras Ana Karina Lira e Vanda Leitão, assim como do Professor Luiz Antônio Maciel de Paula e do Reitor Jesualdo Pereira Farias, que deram todo o apoio necessário para a concretização desta nova etapa para a Universidade.

Com três eixos de atuação, tecnológico, atitudinal e pedagógico, a secretaria trabalha na formulação de uma política central de acessibilidade na UFC, agindo para que esta seja respeitada e implementada nos diversos espaços da Universidade.

A UFC conta com quatro divisões que compõem a estrutura da secretaria, sendo elas: Divisão de Apoio Pedagógico ao estudante e formação para a inclusão (DAP); Divisão de Tecnologia Assistiva (DIVTEC); Divisão de tradução e interpretação de Libras/Língua Portuguesa (DIVTILS); Divisão de produção de material acessível (DPMA).

A Divisão de Apoio Pedagógico ao estudante e formação para a inclusão (DAP) desenvolve ações de atenção e suporte pedagógico ao estudante com deficiência, durante sua permanência na Universidade. Visa gerar uma cultura inclusiva junto à comunidade acadêmica e contribuir para a formação de servidores e estudantes na área de acessibilidade e inclusão.

Por sua vez, a Divisão de Tecnologia Assistiva (DIVTEC) presta assessoramento tecnológico por meio de pesquisa e/ou desenvolvimento de soluções de Tecnologia Assistiva (TA) e disponibiliza os recursos para servidores e alunos com deficiência na Universidade.

A Divisão de Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (DIVTILS) traduz e interpreta o par lingüístico Libras/Língua Portuguesa em caráter exclusivamente institucional, visando atender à comunidade surda da UFC.

Por fim, a Divisão de produção de material acessível (DPMA) produz e edita recursos bibliográficos e informativos em formato acessível para pessoas com deficiência sensorial, com o apoio das demais divisões da Secretaria e do Sistema de Bibliotecas da UFC.

A equipe da secretaria é composta por dez servidores, sendo dois assistentes administrativos, quatro tradutores e intérpretes, dois técnicos em informática, um técnico em multimídia e um técnico em assuntos educacionais. Ademais, a secretaria também conta com o apoio de um Grupo de Trabalho composto por nove membros representantes de professores das mais variadas áreas de conhecimento, servidores e estudantes com deficiência.

A Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui detém as seguintes atribuições listadas no quadro 2 abaixo:

## Quadro 2 – Atribuições da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui

1. Elabora e gerencia ações de acessibilidade;
2. Oferece suporte às unidades acadêmicas para a efetivação da acessibilidade na Ufc;
3. Estimula a inserção de conteúdos sobre acessibilidade nos projetos pedagógicos de cursos de graduação, contribuindo para a formação de profissionais sensíveis ao tema;
4. Identifica e acompanha os alunos com deficiência na UFC;
5. Identifica metodologias de ensino que representam barreiras para os alunos com deficiência e propõe estratégias alternativas;
6. Estimula o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na Universidade;
7. Oferece serviços de apoio a esse público, como digitalização e edição de textos acadêmicos, traduções e interpretações do par linguístico Libras/Português, apoio pedagógico a estudantes, apresenta recursos de tecnologias assistivas, entre outras ações;
8. Promove a formação de recursos humanos em gestão de políticas relacionadas às pessoas com deficiência, qualificando-os para um atendimento adequado;
9. Promove eventos para informar e sensibilizar a comunidade universitária;
10. Estimula o desenvolvimento de pesquisas de Avaliação Pós-Ocupação nos prédios da UFC;
11. Estimula a acessibilidade em ambientes virtuais e nos produtos e eventos de comunicação e marketing;
12. Oferece orientação e apoio pedagógico a coordenadores e professores, estabelecendo um canal de comunicação entre estes e os estudantes com deficiência.

Fonte: Universidade Federal do Ceará (2018).

Diante de todas essas atribuições, cabe ressaltar que a efetivação das ações propostas é dever de toda a comunidade que compõe a UFC, conforme explicita a secretaria de acessibilidade:

Apesar de oferecer alguns serviços – como edição de textos, suporte pedagógico e de tecnologias assistivas, tradução e interpretação de Libras, entre outros – não se trata essencialmente de uma unidade executora e, sim, de um núcleo de fomentação e acompanhamento de ações intersetoriais. Além disso, também não é objetivo da Secretaria de Acessibilidade absorver todas as ações referentes à inclusão. Isso porque a tarefa de acolher pessoas com deficiência diz respeito a toda a sociedade, cabendo a unidade disseminar a cultura inclusiva e despertar na comunidade universitária o compromisso com o respeito aos direitos desse público. É por isso que a Secretaria também luta pela descentralização das iniciativas de acessibilidade, oferecendo suporte e orientação a professores, coordenadores, chefes de departamento, servidores técnico-administrativos e estudantes interessados em fazer sua parte nesse desafio. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2018).

Já devidamente instalada, em março de 2011, a Secretaria passa então a desenvolver diversas ações envolvendo as várias dimensões da acessibilidade e tomando como referência o documento das *Políticas de Acessibilidade da UFC*. Passa a iniciar suas atividades a partir de diálogos com as unidades acadêmicas e administrativas, com o intuito de divulgar e discutir a política de acessibilidade da UFC, como também buscando criar uma abordagem interdisciplinar e intersetorial para motivar a discussão entre as diversas unidades objetivando o desenvolvimento da cultura da inclusão. Dessa forma, a secretaria vem conseguindo promover ações para atender, prioritariamente, às demandas mais urgentes, consolidar os projetos iniciados já citados e propor a efetivação da Política de Acessibilidade na UFC (LEITÃO, 2014).

Quanto aos avanços promovidos pela Secretaria de Acessibilidade da UFC é possível citar no tocante à acessibilidade na WEB, a articulação com a Secretaria de Tecnologia da Informação, que juntos conseguiram realizar o treinamento em acessibilidade em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, resultando na adoção de procedimentos tecnológicos que transformaram o Portal da UFC acessível a todos.

Também vale ressaltar que o Sistema de Bibliotecas da UFC com o apoio da Secretaria vem conseguindo estabelecer estratégias que visam tornar suas atuais unidades em “Bibliotecas Acessíveis”. Ademais, o serviço de digitalização de textos também foi consolidado com audiodescrição de imagens para alunos cegos ou com baixa visão. Para usuários com surdez, também é proposto tornar disponíveis de imediato informações em Libras acerca dos serviços que a biblioteca oferece.

No que se refere à acessibilidade linguística, visando à comunicação entre surdos e ouvintes e a difusão da língua, bem como romper com barreiras linguísticas, foram oferecidos cursos de Libras a distância em parceria com o curso de Letras-Libras, totalizando 49 turmas. No tocante à acessibilidade arquitetônica, foram realizadas visitas técnicas com vistas à garantia de itens de acessibilidade nos espaços físicos da UFC, onde observou-se a realização de adaptações de setores ou unidades acadêmicas, prioritariamente onde há alunos ou servidores com deficiência (LEITÃO, 2014).

Por fim, outra ação de grande importância realizada pela Secretaria de Acessibilidade é a formação continuada. Dessa forma, foram ofertados cursos de Sistema de Leitura e Escrita Braille, de Libras e de Tecnologias Assistivas. Bem

como notasse também a participação da secretaria nos grandes eventos realizados pela UFC, tais como: Seminários de Ambientação, Encontros Universitários e Feiras das Profissões, além dos Seminários de Gestão. Em 2012, outra realização de grande importância para a UFC que repercutiu de forma significativa para a rede de educação básica e superior foi a criação do curso de Licenciatura em Letras Libras, que objetiva a formação de professores para o ensino de Libras.

Por fim, outro importante passo dado em direção à expansão da política de inclusão e acessibilidade da UFC foi a Portaria nº 19, de 24 de janeiro de 2019, que institui a Comissão dos Agentes de Acessibilidade da UFC e designa os membros que a constituem.

A Comissão de Agentes de Acessibilidade é a representação da Secretaria de Acessibilidade nas Unidades Acadêmicas da UFC e tem como atribuições: Contribuir para a implantação e expansão da política de acessibilidade nas unidades acadêmicas; Identificar o aluno público-alvo da educação especial na perspectiva inclusiva e suas necessidades pedagógicas; Influir junto à direção da unidade acadêmica para a superação de barreiras de acessibilidade identificadas; Favorecer a comunicação entre o estudante com deficiência e a coordenação do curso; Dar suporte à Secretaria de Acessibilidade para a instalação de softwares acessíveis nos laboratórios e/ou equipamentos de tecnologia assistiva; Propor e/ou desenvolver estudos, seminários, debates e pesquisas que forneçam subsídios em caráter propositivo para a formulação, elaboração e avaliação de políticas públicas de acessibilidade e inclusão.

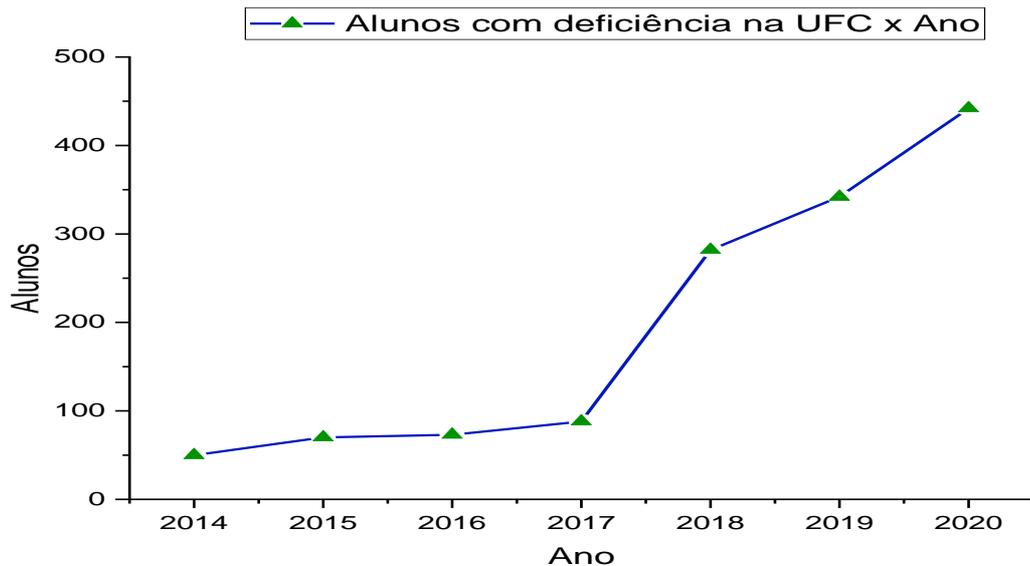
Os Agentes de acessibilidade, portanto, são uma extensão da Secretaria de Acessibilidade nas Unidades Acadêmicas da UFC que auxiliam a secretaria a fazer um acompanhamento dos estudantes com deficiência a partir de uma compreensão de suas vivências e realização de intermediação de suas demandas.

#### **4.5 Trajetória institucional de políticas da Secretaria de Acessibilidade de 2014 a 2021**

Dados dos anuários e da secretaria de acessibilidade da Universidade Federal do Ceará, durante o período de 2014 a 2021, trazem informações relevantes quanto ao número de estudantes com deficiência na instituição. O período escolhido motiva-se devido a partir do ano de 2014 termos dados mais detalhados no que se

refere a quantidade de alunos com deficiência na instituição e quanto a relação das atividades desempenhadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC. Conforme mostra o gráfico 1 abaixo é possível perceber o crescente aumento destes estudantes dentro da Universidade.

Gráfico 1 – Alunos com deficiência x Ano



Fonte: Universidade Federal do Ceará (2020).

De acordo com o gráfico 1, o aumento significativo de estudantes com deficiência na Universidade, ocorreu principalmente no ano de 2018, o qual teve um aumento de 220% em relação ao ano anterior. Fato este que pode ter ocorrido devido a aprovação da Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Este crescimento demonstra a necessidade de políticas dentro da Universidade que sejam capazes de propiciar adaptações e melhorias para que estes estudantes consigam superar possíveis barreiras e tenham um ensino de qualidade na instituição.

Em resposta às demandas promovidas por estes estudantes, a UFC promoveu programas e projetos relativos à acessibilidade descritos a seguir. Como apresentado no quadro 3 abaixo, a Secretaria de Acessibilidade da UFC, no ano de 2014, realizou extensivas ações no que diz respeito a acessibilidade atitudinal, pedagógica/linguística e comunicacional.

No que diz respeito à acessibilidade atitudinal, a equipe da secretaria realizou visitas técnicas ao Campus de Sobral, bem como orientou servidores sobre o uso de Tecnologias assistivas. Objetivando estimular a campanha de práticas inclusivas, foram realizados diversos eventos da secretaria, feiras, encontros, minicursos, oficinas, workshops, os quais foram também distribuídos materiais gráficos (Jornais, Folders e Cartilhas). No ano corrente também ocorreu a implementação do estúdio para a produção de materiais em Libras e o lançamento do Livro Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis. Vale ressaltar também as extensivas 1416 atividades de Tradução/Interpretação para a Libras, que vão desde aulas do curso de graduação e da disciplina de Letras-Libras, mestrado, até o atendimento a docentes e alunos, traduções escritas e filmadas, produção de documentos, processos seletivos e eventos em geral.

No tocante à acessibilidade pedagógica/linguística houve o acompanhamento da vida acadêmica de 31 alunos com deficiência, a partir da interação alunos, professor e coordenador. Também foram digitalizados 6796 textos acadêmicos para alunos com deficiência visual.

Por fim, quanto à acessibilidade comunicacional, durante o ano de 2014, foram adquiridos 8 equipamentos de tecnologias assistivas para os laboratórios de informática da UFC. Bem como a produção de 4 edições do Programa Janela de na UFCTV, produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing da UFC.

Quadro 3 – Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2014

Programa/Projetos	Quantidade
<b>ACESSIBILIDADE ATITUDINAL</b>	
Ampliação das ações de acessibilidade para outros campi da UFC, por meio da realização de visita técnica do Campus de Sobral e orientação a servidor daquele campus sobre Tecnologias assistivas.	2 visitas
Realização dos eventos II Semana de Acessibilidade, I Acessibilidade em Ação e V Ciclo de Debates como parte integrante de campanhas de estímulo a práticas inclusivas na UFC	3 eventos
Produção de materiais gráficos informativos tais como Jornais, Folders e Cartilhas, com o intuito de estimular práticas inclusivas	760 Jornais 800 Folders 200 panfletos 750 cartilhas 400 marcadores de página 450 camisas
Implementação do Estúdio para produção de materiais em Libras	1 estúdio
Ampliação da equipe da Secretaria de Acessibilidade UFC - Inclui com a posse de 6 (seis) Tradutores/Intérpretes de Libras e 1 (uma) Secretária Executiva.	7 servidores
Acompanhamento pedagógico (tutoria) de aluno com deficiência	1 aluno
Atualização do cadastro/censo de 2013 de servidores e alunos com deficiência	2 Censos
Realização de ações voltadas à formação continuada de profissionais da UFC para a acessibilidade, com oferta de cursos, oficinas, workshops dentre outros.	3 cursos 5 oficinas 4 Mini-Cursos 1 Workshop
Atividades de Tradução/Interpretação para a Libras, dentre elas: Tradução/interpretação durante as aulas do curso de graduação e da disciplina de Letras-Libras, aulas de mestrado, atendimento a docentes e alunos, traduções escritas e filmadas, produção de documentos, processos seletivos e eventos em geral.	1416 atividades
Finalização e lançamento do livro "Acessibilidade na UFC: Tessituras Possíveis "	1 livro
Participação em Seminário de Ambientação de Servidores promovido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, realizado em Fortaleza.	1 seminário
Participação na Feira das Profissões, realizando mini-oficinas de Braille e Audiodescrição, e oferecendo informações sobre as ações de acessibilidade na UFC, aos visitantes	2 oficinas
Participação no XXIII Encontro de Extensão com apresentação de trabalhos sobre acessibilidade 7 apresentações	7 apresentações
Participação no VII Encontro de Experiências Estudantis com apresentação de trabalhos sobre acessibilidade	1 poster
Participação no IV Encontro de Monitoria de Proj. da Graduação com apresentação de trabalhos sobre acessibilidade	8 posteres
Acolhida e apoio de servidores com deficiência nas atividades laborais da UFC	2 servidores
Realização de grupo de estudos sobre audiodescrição (grupo com bolsistas)	1 grupo
<b>ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA/LINGUÍSTICA</b>	
Acompanhamento da vida acadêmica de alunos com deficiência, estabelecendo contato com coord. e professores	31 alunos
Digitalização de textos acadêmicos para alunos com deficiência visual, com audiodescrição, a partir de suas demandas	6796 páginas
<b>ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL</b>	
Aquisição gradual de equipamentos de tecnologias assistivas para os laboratórios de informática	8 equipamentos
Inserção de Janela de Libras no Programa UFCTV, produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing da UFC.	4 edições do Programa

Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC - Inclui, Universidade Federal do Ceará (2014a).

Durante o ano de 2015, conforme apresentado no quadro 4 abaixo, a secretaria continuou com suas ações relacionadas à acessibilidade atitudinal com o intuito de estimular práticas inclusivas dentro da Universidade (participação de encontros, realização de eventos ligados à acessibilidade). Também houve um aumento comparado ao ano anterior da produção de materiais gráficos alusivos à inclusão (Jornais, Folders, blocos de anotações, canetas, garrafas).

A Realização de 5 (cinco) cursos voltados à formação continuada do público interno e externo da UFC também foi um importante marco nas ações realizadas durante o ano de 2015 ( turmas de Português como segunda língua para surdos, de Facilitadores da Inclusão, de Tecnologias Assistivas Digitais de Informação e Comunicação (TADIC) de Audiodescrição, de Técnicas de Leitura e Escrita no Sistema Braille e Sorobã).

No que se refere a acessibilidade pedagógica e comunicacional, foram digitalizados 221 textos acadêmicos com audiodescrição. Ademais, foram adquiridos mais 8 equipamentos para tecnologias assistivas e além de produzidas 36 edições do programa da UFCTV Janela de Libras.

Quadro 4 – Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2015

Programa/Projetos	Quantidade
<b>ACESSIBILIDADE ATITUDINAL</b>	
Realização dos eventos III Semana de Inclusão e Acessibilidade e II Acessibilidade em Ação, como parte integrante de campanhas de estímulo a práticas inclusivas na UFC.	2 eventos
Produção de materiais gráficos informativos tais como Jornais, Folders e Cartilhas, com o intuito de estimular práticas inclusivas	5.000 Jornais 15.00 folders 50 Blocos anotações personalizados 100 canetas personalizadas 300 bolsas para eventos 500 garrafas tipo squeeze personalizadas
Estruturação gradativa do Estúdio para produção de materiais acessíveis	1 Estúdio
Atualização do cadastro/censo de 2015 de servidores e alunos com deficiência	1 Censo
Realização de 5 (cinco) cursos voltados à formação continuada do público interno e externo da UFC para a acessibilidade	3 turmas de Português como Segunda língua para surdos 3 turmas de Facilitadores da Inclusão 2 turmas de Tecnologias Assistivas Digitais de Informação e Comunicação (TADIC) 2 turmas de Audiodescrição 2 turmas de Técnicas de Leitura e Escrita no Sistema Braille e Sorobã
Atividades de Tradução/Interpretação para a Libras, dentre elas: Tradução/interpretação durante as aulas do curso de graduação e da disciplina de Letras-Libras, aulas de mestrado, atendimento a docentes e alunos, traduções escritas e filmadas, produção de documentos, processos seletivos e eventos em geral.	836 atividades
Participação no VII Encontro de Experiências Estudantis com apresentação de trabalhos sobre acessibilidade	2 poster
Participação no IV Encontro de Monitoria de Proj. da Graduação com apresentação de trabalhos sobre acessibilidade	6 posters
Acolhida e apoio de servidores com deficiência nas atividades laborais da UFC	2 servidores
Realização de grupo de estudos sobre audiodescrição (grupo com bolsistas)	1 grupo
<b>ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA/LINGUÍSTICA</b>	
Digitalização de textos acadêmicos para alunos com deficiência visual, com audiodescrição, a partir de suas demandas	221 títulos
<b>ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL</b>	
Aquisição gradual de equipamentos de tecnologias assistivas para os laboratórios de informática	8 equipamentos
Inserção de Janela de Libras no Programa UFCTV, produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing da UFC	36 edições do Programa

Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC - Inclui, Universidade Federal do Ceará (2015a).

Conforme demonstrado no quadro 5, o ano de 2016 trouxe algumas novas ações da secretaria no tocante à acessibilidade pedagógica e comunicacional, como a impressão de 97 textos acadêmicos em Braile. Bem como, a aquisição de mais 2 equipamentos e a instalação de softwares para tornar os laboratórios de informática acessíveis, totalizando assim 15 laboratórios na UFC disponíveis para o uso de pessoas com deficiência.

No corrente ano, a equipe da secretaria também realizou visitas e orientações gerais sobre acessibilidade em 2 campi do interior da Universidade. Como também continuou com ações relacionadas às atividades de tradução/interpretação de libras e eventos alusivos às práticas inclusivas na UFC.

**Quadro 5 – Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2016**

<b>Programa/Projetos</b>	<b>Quantidade</b>
<b>ACESSIBILIDADE ATITUDINAL</b>	
Realização do evento IV Semana de Inclusão e Acessibilidade, como parte integrante de campanhas de estímulo a práticas inclusivas na UFC.	1 evento
Estruturação gradativa do Estúdio para produção de materiais acessíveis	1 Estúdio
Atualização do cadastro/censo de 2016 de servidores e alunos com deficiência	2 Censos
Realização de licitação para oferta, em 2017, de 6 (seis) cursos voltados à formação continuada do público interno e externo da UFC para a acessibilidade	Audiodescrição Musicografia braile Braile Libras Tecnologias assistivas Português como segunda língua para surdos
Atividades de Tradução/Interpretação para a Libras, dentre elas: Tradução/interpretação durante as aulas do curso de graduação e da disciplina de Letras-Libras, aulas de mestrado, atendimento a docentes e alunos, traduções escritas e filmadas, produção de documentos, processos seletivos e eventos em geral	796 atividades
Visita e orientações gerais sobre acessibilidade em campi do interior	2 campi
<b>ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA / LINGUÍSTICA</b>	
Digitalização de textos acadêmicos para alunos com deficiência visual, com audiodescrição, a partir de suas demandas	47 títulos
Impressão em Braile	97 impressões
<b>ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL</b>	
Aquisição gradual de equipamentos de tecnologias assistivas para os laboratórios de informática	2 equipamentos
Instalação de softwares para tornar laboratórios de informática acessíveis	15 Laboratórios acessíveis
Inserção de Janela de Libras no Programa UFCTV, produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing da UFC.	48 edições do Programa

Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC - Inclui, Universidade Federal do Ceará (2016a).

As ações realizadas pela secretaria de acessibilidade durante o ano de 2017, como é possível observar no quadro 6 abaixo, não foram muito diferentes das ações realizadas no ano anterior. Contudo, pode-se notar a realização da oferta de 5 cursos voltados à formação continuada do público interno e externo da UFC para a acessibilidade que estavam em processo de tramitação de licitação em 2016, sendo eles: audiodescrição, Braille e Sorobã, Libras básico, tecnologias assistivas e português como segunda língua para surdos.

Vale salientar também o aumento de 66.7% de laboratórios acessíveis na Universidade, que então passam a totalizar 25 laboratórios.

Quadro 6 – Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2017

<b>Programa/Projetos</b>	<b>Quantidade</b>
<b>ACESSIBILIDADE ATITUDINAL</b>	
Realização do evento V semana de Inclusão e Acessibilidade e III Acessibilidade em Ação, como parte integrante de campanhas de estímulo a práticas inclusivas na UFC	2 eventos
Estruturação gradativa do Estúdio para produção de materiais acessíveis	1 Estúdio
Atualização do cadastro/censo de 2017 de servidores e alunos com deficiência	2 Censos
Oferta de 5 (cinco) cursos voltados à formação continuada do público interno e externo da UFC para a acessibilidade	Audiodescrição Braille e sorobã Libras básico Tecnologias assistivas Português como segunda língua para surdos
Atividades de atendimento pela equipe de Tradutores/Intérpretes de Libras (sendo estes: participação em reuniões, suporte linguístico, interpretações em atendimentos externos, atividades culturais, bancas examinadoras, eventos acadêmicos, traduções de documentos institucionais, textos acadêmicos, processos seletivos e aulas das disciplinas de Libras nas licenciaturas etc.) e 1188 (mil cento e oitenta e oito) horas de atividades distribuídas entre: tradução/interpretação de aulas em cursos de graduação (curso de licenciatura em Letras Libras) e da disciplina de Libras ofertada às demais licenciaturas, curso de mestrado em Tradução, atendimento a docentes e alunos traduções escritas e filmadas etc.	411 atividades e 1.188 horas
<b>ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA/LINGÜÍSTICA</b>	
Digitalização de textos acadêmicos para alunos com deficiência visual, com audiodescrição, a partir de suas demandas	92 títulos
Impressão em Braille	50 impressões
<b>ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL</b>	
Instalação de softwares para tornar laboratórios de informática acessíveis	25 Laboratórios acessíveis
Inserção de Janela de Libras nos Programas UFCTV produzidos pela Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing da UFC	13 edições do Programa UFCTV

Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC - Incluir, Universidade Federal do Ceará (2017a).

No tocante a acessibilidade pedagógica/linguística, no ano de 2018, vale destacar que a equipe da secretaria conseguiu realizar o acompanhamento pedagógico de 13 alunos com deficiência na UFC, por meio de reuniões com coordenadores e estudantes, reuniões de departamento, atendimentos pontuais aos próprios estudantes e/ou professores. Como também a realização de 16 traduções de documentos institucionais para a Libras (Resoluções, Editais etc)

Além disso, é possível perceber um aumento expressivo de 122% na digitalização de textos acadêmicos para alunos com deficiência visual, com audiodescrição, comparado ao ano anterior. Durante o ano também foi ofertado o curso de Inclusão digital em tecnologias assistivas, bem como a produção de tutoriais sobre “Edição de vídeos e janelas de Libras”.

Quadro 7 – Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2018

<b>Programa/Projetos</b>	<b>Quantidade</b>
<b>ACESSIBILIDADE ATITUDINAL</b>	
Realização dos eventos VI Semana de Inclusão e Acessibilidade e IV Acessibilidade em Ação, como parte integrante de campanhas de estímulo a práticas inclusivas na UFC	2 eventos
Oferta do curso "Inclusão Digital em Tecnologias Assistivas"	1 curso
Produção de tutorial "Edição de vídeos e janelas de Libras"	1 tutorial
<b>ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL</b>	
Laboratório de Informática acessíveis (instalação de softwares)	21 laboratórios acessíveis
Tradução e inserção de janela de Libras em vídeos e produtos da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional da UFC (UFC-TV, Pronto, falei!, Conversa com o cientista, VT'S diversos, informativo CONEXÕES)	123
<b>ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA/LINGUÍSTICA</b>	
Atendimento a comunidade surda pela equipe de Tradutores/Intérpretes de Libras (sendo estes: participação em reuniões, suporte linguístico, interpretações em atendimentos externos, atividade culturais, bancas examinadoras, eventos acadêmicos e processos seletivos etc.)	270
Atendimento em sala de aula nos cursos de graduação e pós-graduação pela equipe de Tradutores/Intérpretes de Libras (sendo estes: Graduação em Letras Libras, Ciências Contábeis, Pós-graduação em Estudos da Tradução (POET), Projeto de Extensão: Linguística para surdos (LINSUR), Projeto de Extensão: Francês para Surdos, Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis (PACCE))	1.826 h/a
Tradução de documentos institucionais para a Libras (Resoluções, Editais etc)	16
Acompanhamento pedagógico aos estudantes com deficiência, entre reuniões com coordenadores e estudantes, reuniões de departamento, atendimentos pontuais aos próprios estudantes e/ou professores	13
Digitalização de textos acadêmicos para alunos com deficiência visual, com audiodescrição, a partir de suas demandas	204 títulos
Impressão em Braile	70 impressões

Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC - Incluir, Universidade Federal do Ceará (2018a).

Conforme apresentado no quadro 8 abaixo, o ano de 2019 foi marcado por diversas ações da secretaria, principalmente no que se refere aos programas ligados a acessibilidade atitudinal. A secretaria lançou o II curso de inclusão digital, bem como realizou 7 eventos para formação de docentes do Projeto CASA. Além de organizar um Grupo de Estudos em Transtorno de Espectro Autista composto por 70 participantes.

No tocante à acessibilidade pedagógica/linguística vale ressaltar o aumento dos estudantes que contam com o apoio pedagógico (25) e na área da tecnologia assistiva (16) da equipe da secretaria.

Quadro 8 – Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2019

<b>Programa/Projetos</b>	<b>Quantidade</b>
<b>ACESSIBILIDADE ATITUDINAL</b>	
Realização dos eventos VII Semana de Inclusão e Acessibilidade e V Acessibilidade em Ação, como parte integrante de campanhas de estímulo a práticas inclusivas na UFC	2 eventos, 689 participantes
Realização do Grupo de Estudos em Transtorno do Espectro Autista	70 participantes
II Curso de Inclusão Digital	10 participantes
Eventos para formação de docentes Projeto CASA	7 eventos, 12 participantes
<b>ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA/LINGUÍSTICA</b>	
Atendimento a comunidade surda pela equipe de Tradutores/Intérpretes de Libras (sendo estes: participação em reuniões, suporte linguístico, interpretações em atendimento externos, atividades culturais, bancas examinadoras, eventos acadêmicos e processos seletivos etc.)	359 atendimentos
Atendimento em sala de aula nos cursos de graduação pela equipe de Tradutores/Intérpretes de Libras (sendo estes: Graduação em Letras Libras, Ciências Contábeis, Direito e Letras Português, Projeto de Extensão: Grupo de Estudos Educação para as diferenças e os estudos surdos na perspectiva interdisciplinas (EDESPI)	1760 h/a
Tradução de documentos institucionais para a Libras (Resoluções, Editais etc)	18 documentos traduzidos
Acompanhamento pedagógico aos estudantes com deficiência, entre reuniões com coordenadores e estudantes, reuniões do departamento, atendimentos pontuais aos próprios estudantes e/ou professores	25 atendimentos pedagógicos
Prestar apoio tecnológico a estudantes com deficiência, entre reuniões com coordenadores e estudantes, reuniões de departamento, atendimentos pontuais aos próprios estudantes e/ou professores	16 atendimentos na área de tecnologia assistiva
Edição de textos acadêmicos para alunos com deficiência visual a partir de suas demandas	77 títulos
Impressão em Braile	23 títulos impressos

Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC - Inclui, Universidade Federal do Ceará (2019a).

Durante o ano de 2020, de acordo com o quadro 9 apresentado abaixo, no que diz respeito a acessibilidade atitudinal, foram implementados novos projetos como o curso de formação dos agentes de acessibilidade, curso básico de libras e o evento “Conhecendo a Secretaria” realizado por meio de 9 lives, que contou com 963 participantes. Ademais, também ocorreram encontros do Grupo de Estudos sobre TEA (Transtorno do Espectro Autista).

Quanto à acessibilidade pedagógica, foram realizados 47 encontros de assessoramento de coordenadores e professores de cursos de graduação, quantidade 88 % superior aos realizados no ano anterior. Também foi identificado um aumento de aproximadamente 120% no atendimento em sala de aula nos cursos de graduação onde se encontram surdos matriculados pela equipe de Tradutores/Intérpretes de Libras comparado ao ano anterior.

Quadro 9 – Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2020

<b>Programa/Projetos</b>	<b>Quantidade</b>
<b>ACESSIBILIDADE ATITUDINAL</b>	
Curso Básico de Libras	81 participantes
Curso de Formação dos Agentes de Acessibilidade	18 participantes
Evento “Conhecendo a Secretaria”	9 lives; 963 participantes
Grupo de Estudos sobre TEA (Transtorno do Espectro Autista)	28 participantes
<b>ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA/LINGUÍSTICA</b>	
Produção de material didático acessível	18 materiais didáticos; 1.375 páginas
Assessoramento de coordenadores, professores de cursos de graduação	47 encontros
Tradução do par linguístico Libras/Português dos conteúdos compartilhados em salas de aula onde se encontram surdos matriculados	3.874 h/a
Tradução em Libras de documentos e comunicações oficiais produzidas pela UFC, tais como editais	16 documentos publicados
Tradução/interpretação do par linguístico Libras/Português em eventos institucionais como conferências, palestras e encontros	159 eventos
Vídeos produzidos contaram com a inclusão da janela de Libras	33 vídeos

Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC - Incluir, Universidade Federal do Ceará (2020a).

No ano de 2021 foi dada continuidade aos cursos básicos de Libras e formação de agentes de acessibilidade, bem como ocorreu a VI edição do Projeto Acessibilidade em Ação.

Vale lembrar que este projeto se propõe a realizar atividades que permitem o aprofundamento e melhor fundamentação teórica sobre inclusão e Políticas de Acessibilidade da UFC, onde são priorizados aspectos pedagógicos e comunicacionais.

O Projeto tem como objetivos desenvolver ações que promovam a construção de uma cultura de inclusão e acessibilidade, além de propiciar o aprofundamento de conhecimentos acerca da Políticas de Acessibilidade desta universidade; articular, acompanhar e avaliar ações acadêmicas tais como grupos de estudos (Acessibilidade Lúdica e Políticas de Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior); organizar e promover eventos, tais como oficinas, minicursos e ciclo de debates; participar de eventos acadêmicos apresentando trabalhos e ampliar mídias e recursos de comunicação da Secretaria de Acessibilidade UFC – Inlui.

No tocante à acessibilidade pedagógica, foram evidenciados também aumentos expressivos nas realizações de ações principalmente com relação ao atendimento em sala de aula nos cursos de graduação e pós-graduação pela equipe de Tradutores/Intérpretes de Libras, que registrou aproximadamente 70% com relação ao ano anterior. Além de reuniões com departamentos, atendimentos pontuais aos próprios estudantes e/ou professores (80 atendimentos) e prestação de apoio tecnológico aos estudantes com deficiência (56 atendimentos).

Quadro 10 – Relação das atividades executadas pela Secretaria de Acessibilidade UFC - 2021

<b>Programa/Projetos</b>	<b>Quantidade</b>
<b>ACESSIBILIDADE ATITUDINAL</b>	
VI Acessibilidade em Ação	85 participantes
Curso Básico de Libras	30 participantes
Curso de Formação dos Agentes de Acessibilidade	17 participantes
Curso de Didática no ensino superior voltada ao aluno surdo	20 participantes
<b>ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA/LINGUÍSTICA</b>	
Atendimento à comunidade surda pela equipe de Tradutores/Intérpretes de Libras (sendo estes: participação em reuniões, suporte linguístico, interpretações em atendimentos externos, atividades culturais, bancas examinadoras, eventos acadêmicos e processos seletivos etc.)	150 atividades/eventos
Atendimento em sala de aula nos cursos de graduação e pós-graduação pela equipe de Tradutores/Intérpretes de Libras	6.592 h/a
reuniões de departamento, atendimentos pontuais aos próprios estudantes e/ou professores	80 atendimentos
Prestar apoio tecnológico a estudantes com deficiência (sendo estes: instalações de softwares acessíveis, atendimentos pontuais, gravações de provas em Libras etc)	56 atendimentos
Produção e Edição de material didático acessível	18 produções/edições
<b>ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL</b>	
Tradução e inserção de janela de Libras em vídeos e produtos da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional da UFC (VT's diversos, informativo CONEXÕES)	119 produções acessíveis

Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC - Incluir, Universidade Federal do Ceará (2021a).

Diante de todas essas ações, programas e projetos propostos pela Universidade no decorrer dos anos acima mencionados, pode-se perceber a preocupação da instituição perante a inserção dos estudantes com deficiência na comunidade acadêmica, a qual busca proporcionar a estes alunos ações que visam melhorar a acessibilidade atitudinal, comunicacional e pedagógica dentro da instituição.

Contudo, para identificar a eficácia destas ações e ter uma melhor compreensão, faz-se necessário ouvir os usuários da política. Ademais, escutar os anseios e dificuldades dos discentes com deficiência e docentes permite detectar falhas e possíveis necessidades de melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

## **5 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PELOS ATORES E USUÁRIOS ENVOLVIDOS**

A seguir será apresentada a análise e discussão dos dados coletados a partir dos relatos dos docentes, agentes de acessibilidade, estudantes de graduação com deficiência e servidores da secretaria de acessibilidade. Serão analisados aspectos referentes à preparação para o ensino dos estudantes com deficiência, no que tange a formação/capacitação dos docentes, que deve abranger as estratégias de ensino e avaliação de aprendizagem. Além dos relatos dos estudantes sobre o cotidiano, os serviços fornecidos pela secretaria, dificuldades encontradas e possíveis barreiras enfrentadas.

### **5.1 Perspectiva dos Docentes**

Considerando a relevância da participação dos docentes na construção da educação inclusiva, ouvimos os relatos quanto às dificuldades, dúvidas e oferta das condições adequadas para o desenvolvimento da prática docente, bem como quanto à opinião sobre a avaliação e necessidade de melhorias da política de inclusão e acessibilidade da Universidade.

Entre os 19 docentes entrevistados 84,2% afirmaram já ter ministrado aulas para alunos com deficiência, porcentagem que demonstra a importância da orientação, capacitação e preocupação necessária para o ensino deste público alvo.

Ao serem indagados se tiveram conhecimento prévio sobre esses estudantes, apenas 21,1% dos docentes afirmaram terem sido informados previamente sobre a presença do aluno com deficiência em sua disciplina antes que esta tivesse início. Vale ressaltar, que o recebimento destas informações antecipadamente ao início das aulas é de extrema importância, uma vez que, de posse destas informações o docente conseguirá ter tempo hábil para uma melhor preparação didática e metodológica para atender às demandas deste público, bem como recorrer ao auxílio e aos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade.

Quando questionados se já tiveram alguma dificuldade no ensino de estudantes com deficiência, 63,2% relataram que sim. Conforme apresentado nos relatos abaixo.

Em se comunicar com uma aluna cadeirante e com problemas neurológicos que demonstrava ter problemas de entendimento sobre os significados das palavras. (P2).

Tive e ainda tenho um aluno surdo com paralisia cerebral. Às vezes ele tem uma má compreensão da aula expositiva e atividade aplicada. Ele sempre me pergunta como fazer, pois não entendia. Então explicava novamente de uma forma diferente para ele. (P4).

Entre as principais dificuldades descritas pelos professores estão as relacionadas com a dificuldade de comunicação e compreensão dos alunos com algum tipo de deficiência cognitiva/neurológica, conforme constam nos trechos das falas de P2 e P4.

O estudante ou seus responsáveis não me procuraram para que eu planejasse o semestre adequadamente. Tampouco a coordenação do curso deu informações a respeito. Depois de alguns dias de aula, percebendo as dificuldades dele, enviei email pedindo para marcarmos uma conversa. (P5).

No caso do estudante com Deficiência Visual, não ter conhecimento que ele estaria em sala, impossibilitou preparar com antecedência os textos com a devida adaptação. No caso da estudante que possuía TEA, não saber de sua existência, impossibilitou trabalhar a previsibilidade, de modo a evitar a "desorganização" mental e emocional dela. (P7).

Ademais, como já citado anteriormente pelos docentes, P5 e P7 mencionaram a falta de conhecimento prévio da presença do aluno com deficiência em sala de aula, o que impossibilitou uma melhor preparação didática pedagógica para atender as especificidades dos alunos com deficiência. P3 e P11 também relataram o desconhecimento de instrumentos e metodologias de ensino específico para atender os estudantes com algum tipo de deficiência.

Não sabia os instrumentos e metodologias a serem utilizados. (P3).

As dificuldades estão basicamente atreladas ao procedimento didático pedagógico que devemos ter para atender a demanda do aluno com deficiência. (P11).

Na minha formação inicial, não havia na matriz curricular do curso disciplina para atender alunos com deficiência. Portanto, não me sinto preparada para lidar com a organização de um material didático específico nem possuo estratégias para melhor atender esse alunado. (P12).

Por fim, outro ponto bastante pertinente relacionado às dificuldades de ensino destes estudantes é exatamente a falta de preparação na formação dos docentes, que, conforme afirma P12, não foram orientados adequadamente a lidar com este público em sala de aula.

Esses relatos expressam as diversas fragilidades que permeiam o processo de formação do educador, uma vez que conceitos e aspectos específicos das pessoas com deficiências não são trabalhados nos currículos, o que expõe a pouca sensibilização e preparação dos docentes sobre como lecionar para os estudantes com deficiência.

Ao serem indagados se possuíam algum tipo de formação para o ensino de estudantes com deficiência, 78,9% responderam que não tinham e 89,5% afirmaram necessitar de conhecimentos sobre as deficiências e a forma de trabalhar com esses estudantes em sala de aula, conforme mostram as falas abaixo.

Porque com o conhecimento adquirido vou lecionar uma didática mais apropriada para que o aluno específico possa fluir melhor na aprendizagem. (P2).

O professor precisa saber como adaptar sua aula, sua prova e seus materiais a depender do tipo de deficiência do aluno. (P4).

O professor é capacitado para ensinar para alunos com habilidades cognitivas adequadas. Acredita-se que ao chegar ao ensino superior o estudante tenha criado estratégias para lidar com suas deficiências. Nesse aspecto, qualquer professor enfrentará barreiras em relação ao aluno que apresente qualquer tipo de "deficiência" principalmente cognitiva. (P8).

Preciso de informações quanto ao trato com deficiências diversas. (P15).

É inquestionável que o acesso do discente com deficiência à instituição de nível superior demanda práticas didáticas e metodológicas específicas necessárias ao conhecimento do docente. De acordo com as respostas dos professores, por exemplo, muitos relataram que durante a sua formação não receberam instrução de como lecionar para alunos com deficiência, necessitando portanto de maiores conhecimentos, informações e uma melhor preparação para compreender métodos e procedimentos que atendam às diversas deficiências dos alunos de forma que consigam saber como adaptar suas aulas, avaliações e materiais visando a aprendizagem dos estudantes.

Mesmo minhas pesquisas sempre englobarem os surdos, há outras deficiências que eu preciso conhecer e me preparar para oferecer acessibilidade ao meu aluno, conforme suas necessidades. (P1).

Seria bom participar de um curso para saber as especificidades dos alunos com deficiências, ou um curso para elaboração de material didático para esse grupo. (P13).

Cada vez mais as pessoas com deficiência estão tendo condições e acesso ao nível superior (é um bom sinal), porém nós que estamos inseridos no

ensino temos poucas oportunidades de ter qualificação nesta área. Precisamos de práticas e conhecimento nas diversas áreas da educação inclusiva além de conhecer métodos e procedimentos que atenda as diversas deficiências sejam elas motoras, intelectual, cognitivas, visual, neurais entre outras. (P16).

Observa-se, conforme relatam P1, P13 e P16, que os docentes estão conscientes e sabem da necessidade e importância da qualificação para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência. Desta forma, a maioria afirma necessitar de capacitações para saber como atuar em meio aos diversos tipos de deficiências dos discentes.

Vale lembrar que já na Lei nº 9394/96 – LDBEN, marco Legal que estabelece as diretrizes para a atuação na Educação Inclusiva no Ensino Superior, em seu capítulo V, prevê que os alunos com necessidades especiais necessitam serem atendidos por professores com especialização adequada.

Portanto, reflexões relacionadas à educação inclusiva, precisam também voltar-se para a formação docente, seus comportamentos e práticas, para que de fato ocorra uma educação realmente inclusiva, uma vez que a atuação do docente é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Diante deste ‘desafio’ de preparação dos docentes de como lidar durante o processo de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência, ao serem questionados sobre o que acham da tarefa de organizar metodologias e avaliações diferenciadas, a maioria relatou ser necessária e ao mesmo tempo desafiadora, além de se fazer essencial o apoio da instituição, conforme os relatos a seguir.

Eu, particularmente, acho indispensável. Complexa, porém necessária. (P4).

Acho que é necessário ampliar os instrumentos de avaliação possibilitando a sondagem da aprendizagem para todos os alunos. (P13).

A experiência e o estudo têm me mostrado que a resposta para isso é "depende". Algumas vezes, para que o estudante se integre na turma e na vida acadêmica, é preciso atividades diferenciadas. Mas outras vezes, a depender da deficiência, da atividade e da própria turma, é possível manter as mesmas atividades para a turma toda. Como eu disse, depende. Todavia, e lembrando do que já fiz, na maior parte das vezes, sim, é preciso bolar atividades diferenciadas. (P15).

As declarações dos docentes retratam bem o quanto estão cientes da necessidade e da importância da tarefa de organizar metodologias e avaliações diferenciadas para os alunos com deficiência. Contudo, relatam também a

complexidade e a necessidade do apoio da instituição de ensino e ajuda especializada.

Em seus estudos Omote e Fonseca-Janes (2013), tratam da importância da qualificação, mas esclarece que ela sozinha não é capaz de promover a educação inclusiva. O autor cita a necessidade de mecanismos de apoio para desenvolver práticas e atividades adequadas dentro da sala de aula, além de orientações apropriadas e apoio de pessoas especializadas.

Importante e extremamente relevante. Um direito do aluno. Se sou sua professora, tenho que pensar e buscar recursos e ferramentas para melhor ensiná-lo e avaliá-lo. Não é uma tarefa fácil, mas eu também cresço nessa busca. (P1).

É desafiante e penso que é o nosso dever pesquisar para aprender e também solicitar o apoio da instituição para a orientação. (P2).

P1 lembra que a educação é um direito do aluno, sendo, portanto também papel do docente ir em busca de instrumentos necessários para ensiná-lo e avaliá-lo da forma adequada. De forma semelhante, P2 pontua que considera dever do professor pesquisar para aprender as diferentes formas de metodologias e avaliações.

Diferentemente das respostas dos demais entrevistados, alguns docentes enfatizaram certas dificuldades, conforme apresentado a seguir.

Não tenho capacidade para tal desafio. (P3).

Demanda muito tempo e, às vezes, a sobrecarga de trabalho nos impede. (P7).

É necessário, mas seria melhor com auxílio da instituição. (P16).

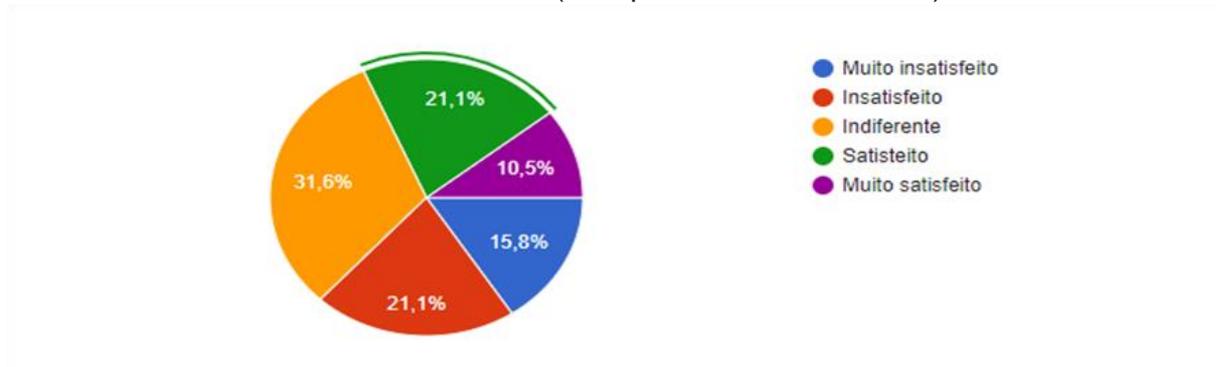
P3 afirma acreditar que não tem capacidade para organizar metodologias e avaliações diferenciadas para alunos com deficiência. De forma similar, P7 relatou também sobre a dificuldade de assumir tal tarefa, pois segundo ele estas demandas necessitam de bastante tempo, o que às vezes acaba por tornar-se bastante difícil para o docente tendo em vista a sobrecarga de trabalho. Por fim, P16 reafirma a já mencionada necessidade de apoio da instituição para que as atividades de ensino e aprendizagem possam ser bem sucedidas.

Por sua vez, quando questionados se a instituição já lhes ofereceu algum curso de capacitação para o ensino de estudantes com deficiência, apenas 31,6%

dos docentes afirmaram que sim, dentre eles foram citados os cursos e eventos oferecidos pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui.

Ao serem indagados sobre o grau de satisfação quanto aos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade para o aluno, conforme mostra o gráfico abaixo, 31,6% responderam como indiferente, 21,1% satisfeito e 21,1% insatisfeito, 15,8% muito satisfeito e 10,5% muito insatisfeito.

Gráfico 2 – Satisfação quanto aos serviços oferecidos pela Secretaria de Acessibilidade (Perspectiva dos docentes)



Fonte: Elaboração Própria.

Entre os respondentes, muitos não sabiam ou preferiram não opinar, contudo, os demais que tiveram contato direto com a secretaria e os serviços oferecidos por ela, relataram ser bem atendidos quando buscavam algum suporte ou informação. Todavia, apesar da secretaria contar com profissionais competentes e bem preparados, os docentes afirmaram que esta não dispõe de profissionais suficientes para atender toda a demanda acadêmica, que é bastante elevada, conforme as falas apresentadas a seguir.

Os rapazes da secretaria precisam de mais apoio, inclusive material. Acredito que a secretaria poderia ser mais próxima das necessidades dos docentes em relação às dificuldades em atender os alunos com deficiência. (P6).

Há limitações quanto ao que pode ser oferecido em termos de suporte.(P9).

Eles alegaram que tinham poucos profissionais para tanta demanda e eu tive de me virar com alunos cego e surdo sozinho. (P12).

Temos profissionais competentes na secretaria, mas são poucos para atender a demanda. Minha insatisfação é em relação aos prazos, o que torna o serviço da secretaria precário. (P19).

Durante a pesquisa sobre a satisfação dos docentes quanto aos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade, P12 e P19 apontaram uma certa insatisfação quanto ao reduzido número do quadro de profissionais da secretaria. P12 destacou principalmente a questão dos poucos intérpretes presentes na instituição e citou que por vezes teve que lidar com as deficiências do aluno sem os auxílios necessários. P19, por sua vez, citou também a sua insatisfação quanto aos prazos dados para o atendimento das demandas solicitadas para a secretaria.

P9 salientou a questão da limitação quanto ao suporte que é oferecido pela secretaria aos estudantes com deficiência. Enquanto que P6 destacou além da necessidade de mais apoio, a necessidade de maior proximidade da secretaria com os docentes com o objetivo de sanar as dificuldades com relação ao ensino dos alunos com deficiência.

Sempre fui bem atendida quando buscava alguma informação sobre a questão. (P2).

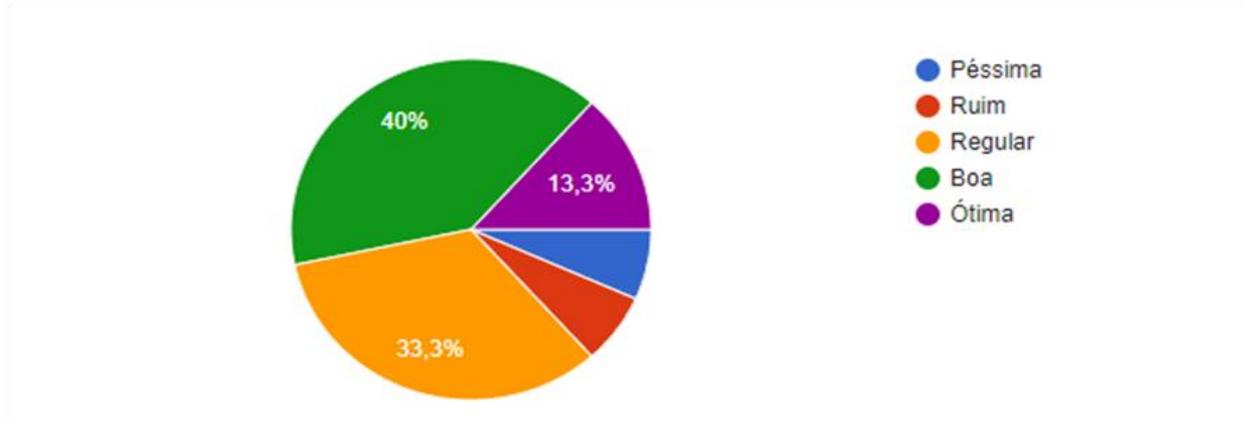
Equipe muito preparada e disponível. (P8).

Nós do letras libras necessitamos constantemente da atuação dos intérpretes. Temos que ter vídeos traduzidos, aulas traduzidas. Também já nos deram apoio técnico sobre recursos de acessibilidade nas aulas remotas. (P17).

P2, P8, P17, por sua vez, informaram terem sido bem atendidos e que a equipe da secretaria se mostrou disponível quando solicitaram algum tipo de informação, apoio técnico durante aulas remotas e demais demandas, tendo assim uma avaliação satisfatória quanto aos serviços fornecidos pela secretaria de acessibilidade.

Ademais, ao serem indagados sobre como avaliam a política de inclusão e acessibilidade, conforme apresentado no gráfico 3 abaixo, 40% dos docentes consideraram como boa, 33,3% como regular, 13,3% como ótima, 6,7% como ruim e 6,7% como péssima.

Gráfico 3 – Avaliação da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFC (Perspectiva dos docentes)



Fonte: Elaboração Própria.

Os docentes afirmaram que a política atende ao necessário, mas na prática é preciso ser mais ativa e realizar maiores intervenções. Entre os principais aspectos citados a melhorar na política, os docentes relataram a necessidade de aumento da equipe de profissionais que compõem a secretaria de acessibilidade e de informações sobre a sua existência e os serviços oferecidos. Enfatizaram a extrema importância do aumento do número de intérpretes para garantir a acessibilidade linguística aos surdos.

Ademais, outro ponto discutido pelos docentes foi a falta de acessibilidade física no campus do benfica, o que dificulta extremamente a locomoção de alunos que utilizam cadeira de rodas ou que tem algum tipo de deficiência física. Conforme apresentado nos trechos a seguir.

Não qualifiquei como ótima pelo problema de falta de concurso para intérpretes. O intérprete é essencial para garantir a acessibilidade linguística aos surdos. (P1).

Ampliar o número de profissionais na Secretaria de Acessibilidade com formação em educação inclusiva e/ou tradução em língua de sinais, audiodescrição e legendagem. Vejo que já há essa oferta, no entanto, com um grupo reduzido, que além de buscar essa formação ainda se divide em oferecer os recursos necessários a toda a universidade.(P1).

Prestar atendimento aos surdos para interpretação que na maioria das vezes falta a disponibilidade de intérprete no determinado horário solicitado por surdo, por ter muito demanda na universidade. Então, a instituição deve abrir mais vagas efetivas para tradutores-intérpretes de Libras. (P2).

P1 e P2 mencionaram a grande demanda por intérpretes e salientaram a necessidade urgente de aumento desses profissionais através de abertura de concurso disponibilizando vagas efetivas.

No caso do prédio onde leciono todas: não existe acessibilidade para cadeirantes. As salas de aulas, que ficam no primeiro piso e tem como entrada uma escada longa. (P3).

Não há acessibilidade nos campi. Quem usa cadeira de rodas no Centro de Humanidades, por exemplo, não tem acesso a diversas salas de aula e mal consegue circular no campus. Faltam intérpretes. O apoio aos deficientes visuais ainda é precário. E a rede de apoio aos deficientes intelectuais e a quem tem adoecimentos psíquicos precisava ser ampliada. Tudo o que digo aqui é mera reprodução do que os estudantes com deficiência têm exposto para mim ao longo dos anos. (P5).

A comunidade acadêmica precisa conhecer mais sobre as pessoas com deficiência. Acesso físico, a FACED por exemplo, não possui rampas de acesso ao primeiro andar. Apenas uma plataforma que substitui um elevador. (P8).

P3, P5 e P8 citaram dificuldades relacionadas à acessibilidade física. P3 exemplifica que, no prédio onde leciona, para ter acesso às salas de aula do primeiro andar não há rampas ou plataformas elevatórias em funcionamento, apenas escadas. P8, docente da FACED, também cita a inexistência de rampas de acesso ao primeiro andar e afirma que há apenas uma plataforma elevatória. P5, por sua vez, ressalta que discentes que utilizam cadeira de rodas no Centro de Humanidades têm dificuldades de mobilidade no campus e não conseguem ter acesso a diversas salas de aula.

O professor e o estudante se viram sozinhos, como podem. A acessibilidade nos campi e entre os campi é precária. Faltam intérpretes de libras. É preciso dar mais abrangência ao apoio psicológico para estudantes com diferentes graus de autismo. Também é preciso acolher com mais cuidado os estudantes com esquizofrenia e outras doenças, pois eles acabam sempre abandonando os cursos. (P6).

Ademais, P5 e P6 relataram a necessidade de ampliação da rede de apoio psicológico aos estudantes com TEA ou adoecimentos psíquicos, tendo em vista que estes alunos por vezes acabam por abandonar o curso, necessitando portanto de maior atenção por parte da instituição.

É importante ressaltar também as discrepâncias verificadas entre as narrativas apresentadas sobre a avaliação e a opção assinalada. Uma vez que 40% avaliou a política como boa e 33,3% como regular.

## 5.2 Perspectiva dos Agentes de Acessibilidade

Considerando que os agentes de acessibilidade são uma extensão da Secretaria de acessibilidade nas Unidades Acadêmicas da UFC e, portanto, tem um importante papel para a implantação e expansão da política, ouvimos os relatos quanto às dificuldades dos estudantes e dos docentes quanto ao processo de ensino e aprendizagem na sua unidade que são de conhecimento dos agentes, como também a forma com que avaliam a política e sugestões de melhoria.

Quando questionado se há algum tipo de acolhimento, recepção ou contato com os novos discentes com deficiência do curso para informá-los sobre os serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade, os agentes de acessibilidade informaram que entram em contato com o alunos por meio de email e contato telefônico com o objetivo de identificar o tipo de deficiência e a necessidade que o discente terá ao longo do curso. Todos relataram também que os docentes do seu curso são informados previamente sobre a presença de alunos com deficiência em suas respectivas disciplinas. Contudo, vale ressaltar que quando questionado aos próprios docentes, 78.9 % afirmaram não ter conhecimento prévio de que haveria alunos com deficiência em sua disciplina. Dessa forma, fica a reflexão sobre quais meios estão sendo utilizados para comunicar aos docentes e se estes instrumentos estão sendo realmente eficazes.

No que se refere às principais barreiras relatadas pelos estudantes (física, atitudinal, comunicacional ou pedagógica/metodológica), os agentes mencionaram as barreiras pedagógica/metodológicas e as físicas. As mesmas já citadas anteriormente pelos docentes, conforme os trechos apresentados a seguir.

Os estudantes relatam com frequência a falta de estrutura física na universidade, como rampas, elevadores (quebrados), sinal sonoro, pista tátil, informações em braile, etc. (Ag1).

Dificuldade do acesso aos materiais de apoio ao discente. (Ag2).

Os cursos envolvem cálculo, fórmulas e gráficos. Assim, os professores necessitam de técnicas de estudo/ensino para melhorar o entendimento por alunos com deficiência. (Ag3).

Vale ressaltar que as barreiras físicas refletem a inadequação do ambiente universitário que impossibilita a livre circulação dos estudantes com necessidades especiais, como mobilidade reduzida e deficiência visual. O que

dificulta para o aluno a chegada até a sala de aula, bem como os demais espaços didáticos, como bibliotecas, banheiros, áreas de alimentação, entre outros.

As barreiras pedagógicas/metodológicas, por sua vez, também representam um obstáculo a ser superado, uma vez que dificultam o processo de ensino e aprendizagem destes alunos, sendo necessário que, tanto os professores, quanto a instituição, estejam dispostos a desenvolverem ações capazes de provocar as mudanças necessárias neste processo.

Alguns agentes também citaram relatos de professores sobre a necessidade de suporte da instituição, principalmente quanto aos serviços de adaptação de material e tradução/interpretação de Libras. “Alguns professores se queixam de falta de formação, falta de apoio concreto da universidade para as ações de acessibilidade, e da ausência de resposta quando solicitam adaptação de algum material; mas também é comum a queixa quanto à falta de intérpretes de libras.” (Ag1)

Quando questionados sobre o suporte dado pelos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade para os discentes do seu curso/unidade, os agentes relataram estar satisfeitos, mas trouxeram algumas ressalvas.

É fornecido um apoio satisfatório para a adaptação de recursos simples (adaptação de texto, impressão), bem como para dúvidas sobre o uso de recursos tecnológicos (como instalação e uso de software), dúvidas sobre encaminhamentos de estudantes, etc. Mas não é fornecido apoio para a permanência de estudantes com incapacidades graves, que necessitam de recursos mais complexos para a participação nas atividades presenciais. (Ag1).

Em relação aos professores e funcionários que trabalham diretamente com a Secretaria de Acessibilidade ou que já conhecem o funcionamento e a sua atuação, a resposta seria muito satisfatória, contudo, o processo de acessibilidade e de inclusão depende também de outros vetores. E são esses outros, que não estão ainda familiarizados com a deficiência dentro e fora da sala de aula que necessitam de uma formação básica para lidar com circunstâncias específicas relacionadas aos alunos deficientes. (Ag2).

Sempre tenho respostas quando necessito retirar alguma dúvida com a Secretaria. (Ag3).

Ag1 cita a questão da necessidade de maior apoio por parte da instituição aos estudantes com incapacidades graves para que estes possam participar ativamente do processo de aprendizagem e permaneçam na universidade, visto que, como já mencionado anteriormente, devido a falta de apoio e recursos, muitos acabam por abandonar o curso.

Ag2, por sua vez, menciona a necessidade de familiarização e formação básica entre os docentes e os demais profissionais que lidam com o estudante com deficiência no sentido de que aprendam a como atuar diante das necessidades específicas dos diversos tipos de deficiência.

Ao serem questionados se consideram que a instituição provém o apoio necessário ao êxito dos alunos com deficiência em sua trajetória acadêmica, todos os agentes declararam que não. Foram mencionados entre os maiores impasses que acreditam estar presentes na instituição impossibilitando uma efetiva inclusão do aluno com deficiência a falta de preparação/formação dos docentes, recursos assistivos, intérpretes e espaços físicos adequados, conforme mostram as falas abaixo.

Burocracia para a aquisição de recursos, falta de adaptação dos espaços físicos, falta de recursos financeiros destinados à obtenção de recursos assistivos e recursos humanos destinados ao auxílio de estudantes com graves incapacidades. (Ag1).

A preparação dos profissionais que irão atuar na inclusão desses alunos deficientes. Mesmo que haja ampla divulgação dos programas de formação continuada e eventos para o desenvolvimento do profissional na abordagem dos deficientes, ainda é pouca a aceitação, se comparada com o corpo de funcionários e docentes da instituição. (Ag2).

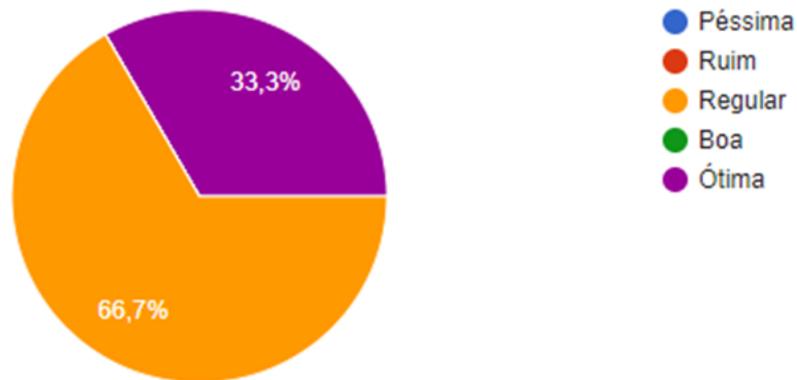
Acredito que atualmente a formação dos professores para receber alunos com deficiência. E a questão da limitação do número de intérpretes. (Ag3).

Ag2 e Ag3 enfatizaram a questão da já mencionada necessidade de preparação e formação dos docentes que irão lecionar para os estudantes com deficiências. Ag2 cita a existência dos programas de formação e eventos organizados pela secretaria de acessibilidade, mas afirma que ainda assim a aceitação e a participação dos docentes parece ser pouca.

Ag3 aponta também a questão do reduzido número de intérpretes para atender toda a demanda da Universidade. Vale ressaltar que esta problemática do limitado número desses profissionais também foi muito citada pelos docentes durante a realização da pesquisa.

Quando indagados sobre como avaliam a política de inclusão e acessibilidade da UFC, 66,7% avaliaram como regular e 33,3% como ótima. Conforme apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Avaliação da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFC (Perspectiva dos agentes de acessibilidade)



Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito aos aspectos em que instituição precisa melhorar na sua política de inclusão e acessibilidade, mais uma vez foram citados pontos referentes a necessidade de adequação dos espaços físicos, ampliação do quadro de intérpretes, melhorias na formação dos docentes e no fornecimento de recursos para os estudantes com incapacidades moderadas ou graves, conforme as falas apresentadas a seguir.

Adaptação de espaços físicos para possibilitar maior autonomia de pessoas com deficiências motoras e visuais; ampliação na contratação de intérpretes de libras; desburocratização de processos voltados para a aquisição de recursos assistivos e de recursos humanos para a garantia da frequência nas aulas por pessoas com graves deficiências. (Ag1).

A UFC fornece recursos e apoio para a permanência de estudantes com incapacidades leves, mas não fornece nenhum recurso para a permanência de estudantes com incapacidades moderadas ou graves. (Ag2).

Há um grande empenho dos profissionais envolvidos na divulgação e implementação dos projetos de inclusão. Acredito que seja necessário melhoria na formação e ampliação de servidores. (Ag3).

Neste sentido, ressalta-se que, no processo de inclusão dos alunos com deficiência física em âmbito escolar, apresentam-se diversas barreiras, como a inadequação do espaço físico para o recebimento destes sujeitos. Estas barreiras físicas precisam ser identificadas, de acordo com o contexto, para que possam ser suprimidas e possibilitar o acesso aos diversos ambientes acadêmicos por estes alunos.

### 5.3 Relatos dos estudantes com deficiência

Considerando que os estudantes com deficiência fazem parte do público alvo das políticas de inclusão e acessibilidade da UFC, ouvimos os relatos quanto às dificuldades, atendimento de suas necessidades por parte da instituição, bem como a opinião sobre a avaliação e necessidade de melhorias da política de inclusão e acessibilidade da Universidade.

A pesquisa foi realizada com estudantes de graduação com deficiência da FEACC, CH e FACED, dentre eles: 8 com deficiência física, 5 com deficiência auditiva, 3 com deficiência visual, 2 com TEA e 1 com deficiência múltipla.

Quando questionados se conheciam os serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade, 50% afirmaram ter conhecimento e 50% afirmaram não ter. Entre os respondentes que afirmaram utilizar algum tipo de serviço, os dois mencionados com maior frequência foram o de acompanhamento pedagógico e de participação em eventos e ações de acessibilidade.

Ao serem indagados sobre o grau de satisfação quanto aos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade, 43,8% dos discentes responderam indiferente, 18,8% satisfeito, 12,5% muito insatisfeito e 12,5% insatisfeito. Enquanto que 12,6% optaram por não responder por não ter conhecimento ou nunca ter utilizado os serviços fornecidos pela secretaria. Conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Satisfação quanto aos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade (Perspectiva dos discentes)



Fonte: Elaboração própria.

Os estudantes que utilizam os serviços da secretaria ou que já utilizaram relataram insatisfação quanto a falta de intérpretes, bem como mencionaram a necessidade de maior proximidade da secretaria com os estudantes. Por sua vez,

alguns estudantes narraram experiências exitosas e ressaltaram satisfação quanto a receptividade recebida pelos membros que compõem a secretaria. Conforme apresentado nas falas abaixo.

Pouquíssimos profissionais trabalhando, a gente quer fazer uma live ou um evento no formato acessível, é muito difícil conseguir encontrar um intérprete disponível. (A12).

Foram bem compreensivos e acolhedores. Participei de algumas oficinas como legendagem, obtive auxílio no processo de legendagem. (A13).

Os serviços, em si, pelo menos em minha experiência são feitos de forma bem interessante e cumpre em seu papel para melhorar a acessibilidade para as pessoas com algum tipo de deficiência. Entretanto, creio que às vezes falte um pouco mais de comunicação entre a secretaria de acessibilidade e os calouros que estão adentrando no mundo da UFC para que os mesmos tenham conhecimento e tenham certeza que existe alguém que poderá apoiá-los nas suas dificuldades evitando que casos de desistência desmotivação ou semelhantes aconteçam quando existem formas de mitigar estes problemas. (A14).

A12 comenta sobre a falta de intérpretes suficientes para atender a demanda dos alunos. Ele cita que quando solicita um profissional para participar lives e eventos dificilmente consegue que sua demanda seja atendida devido ao reduzido número. A13 menciona que os profissionais da secretaria são receptivos e que quando necessitou teve auxílio com legendagem e inclusive participou de algumas oficinas promovidas pela secretaria e acessibilidade.

Ademais, A14 complementa relatando que teve experiência satisfatória com os serviços da secretaria e que acredita que eles de fato atuam de forma efetiva melhorando a acessibilidade para os discentes que precisam. Entretanto, menciona a necessidade de maior interação e comunicação entre a equipe da acessibilidade e os novos ingressantes da universidade, no sentido de que os discentes saibam da existência e dos serviços oferecidos pela secretaria com o intuito de dar o suporte para que as dificuldades no âmbito acadêmico sejam minimizadas e superadas, evitando assim situações de abandono e desmotivação.

Quando questionados se as áreas de convívio comum (salas de aula, bibliotecas, cantinas, laboratórios, auditórios) são adaptadas às suas necessidades 50% dos estudantes responderam que sim e 50% responderam que não. Ao serem indagados sobre quais dificuldades encontram nas dependências da instituição, os discentes citaram aspectos relacionados a falta de piso tátil, falta de rampas e sinalização adequada, como mostram os trechos a seguir.

O acesso da portaria ao departamento é horrível. Cheio de pedras. As cadeiras tanto da sala como das áreas comuns não tem ergonomia, foram pensadas apenas para alunos sem deficiência. (A2).

Balcão alto na cantina, não consigo encaixar na mesa para lanchar, calçamento entre o prédio e a guarita, calçadas e alguns lugares inacessíveis por cadeira de forma autônoma. (A4).

Colunas bem no meio dos ambientes, falta da identificação das portas em Braille, falta de piso tátil, batentes no caminho, falta de rampa, e quando tem alguma sinalização em Braille, é muito alto, na altura da porta. (A5).

Falta de corrimão, falta de piso tátil e de sinalização. (A7).

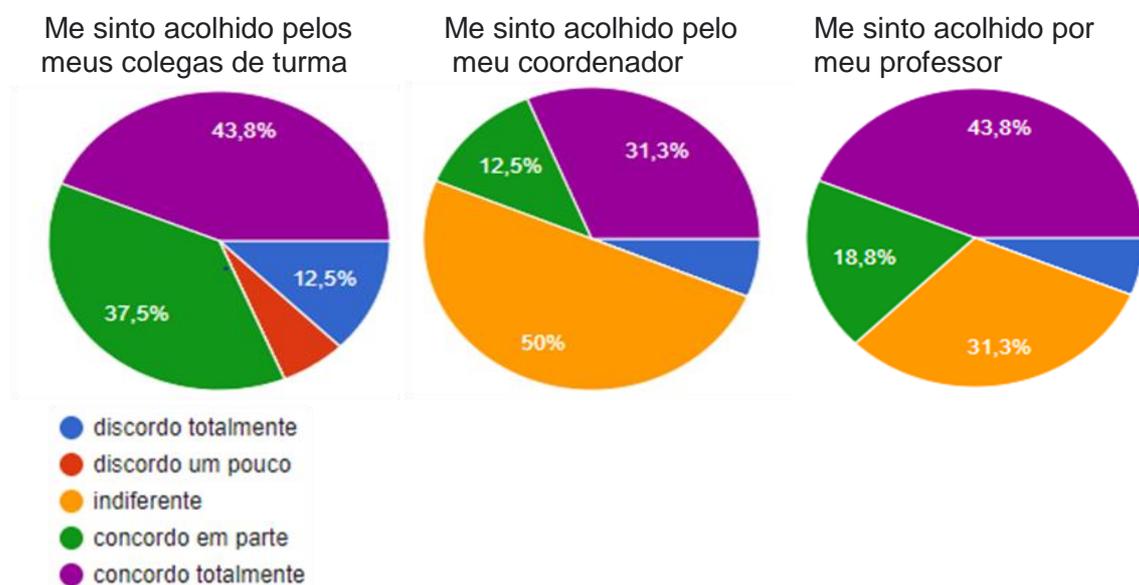
Estou há três anos na universidade e até agora nada de piso tátil e sinal sonoro de frente à Faculdade. (A13).

Os estudantes A2 e A4 mencionaram a dificuldade de locomoção principalmente para os discentes que utilizam cadeira de rodas, tendo em vista que, de acordo com os relatos, o acesso até a sala de aula não conta com rampas e por vezes o calçamento é cheio de pedras. A4 ressalta ainda que alguns lugares chegam a ser inacessíveis para estes estudantes.

A7 e A13, complementam citando a falta de piso tátil e sinalização, que se fazem de extrema necessidade para os estudantes com deficiência visual.

Ressalte-se que outra questão de suma importância para a política de inclusão e acessibilidade são ações de acolhimento e recepção do estudante. Portanto, solicitou-se aos discentes que respondessem sobre o acolhimento recebido por seus colegas, professores e coordenador na sua unidade acadêmica.

Gráfico 6 – Acolhimento recebido por colegas de turma, coordenador e professor



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao acolhimento recebido pelos demais colegas de turma, 43,8% dos estudantes afirmaram concordar totalmente. Como mostram os relatos de A3 e A5, respectivamente: “Todos reconhecem minhas dificuldades e respeitam, a mesma paciência que eles tem comigo, tenho com eles” e “Meus colegas fazem de tudo para me incluir, abraçaram a acessibilidade e a inclusão com unhas e dentes”. Esses estudantes declararam terem sido muito bem recebidos pelos seus colegas de turma e que a interação entre eles é maravilhosa.

Entretanto, 12,5% dos estudantes demonstraram ter pensamento divergente sobre os colegas. A1 declarou não haver empatia da turma com ele e A10 completa citando que “a maioria é indiferente e acabam não compreendendo e julgando suas necessidades físicas ou intelectuais”.

Quando questionados sobre o acolhimento recebido pelo coordenador, 50% responderam como indiferente. Estes mencionaram não perceber uma atenção especial por parte do seu coordenador. Alguns relataram não ter muito diálogo, enquanto outros afirmaram sequer conhecer.

Em contraponto, 31,3% dos estudantes declararam concordar totalmente quanto ao acolhimento recebido por seu coordenador. Os discentes relataram que o coordenador é “sempre atento às demandas” (A8) e que “na maioria das vezes sempre que solicita auxílio da coordenação é bem atendido” (A4).

A12 complementa afirmando que “todas as demandas que encaminhei a ela com relação à acessibilidade foram atendidas da melhor forma possível”.

Por fim, ao serem indagados sobre o acolhimento recebido pelos seus professores, 43,8% concordaram plenamente. A4 e A6 declararam que “em sua maioria eles são acolhedores, ouvintes e compreensivos” e que “fazem tudo que está ao alcance deles para que eles possam aprender o conteúdo”.

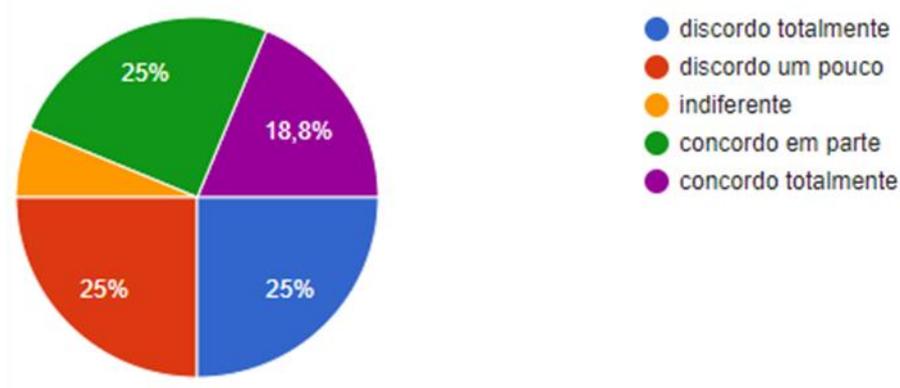
Por sua vez, 31,3% responderam como indiferente e relataram que “não acreditam que os professores realmente se interessem pelos alunos com deficiência.” (A10).

Às vezes encontro professores excelentes e que tentam entender as dificuldades do aluno com deficiência, algumas outras encontro professores indiferentes que não fazem nada contra e nem a favor de um ambiente mais acessível, já vi professores que não faziam a menor ideia de como tornar um ambiente acadêmico mais acessível mas que estavam dispostos a tentar algo e, pelo menos até o momento, não encontrei professores que ativamente fizessem algo contra. (A12).

A12 cita que já teve professores que atuaram de diversos modos. Alguns tentaram realmente compreender suas dificuldades e buscaram maneiras eficazes de superar os obstáculos para a aprendizagem, enquanto outros foram indiferentes e não tentaram recorrer a formas de tornar o ambiente acadêmico mais acessível diante das barreiras apresentadas.

Ao serem questionados se acreditam que seus professores estão preparados para ensinar alunos com deficiência, 25% discordaram em parte e 25% discordaram totalmente. Esses estudantes informaram que os docentes necessitam de melhor orientação. A12, por exemplo, relata que “sempre no início de cada semestre tem que ensinar os professores a como lhe ensinar”. De igual forma, A13 afirma que “sempre ressalta as necessidades para preparar o professor”.

Gráfico 7 – Preparação dos professores para ensinar alunos com deficiência



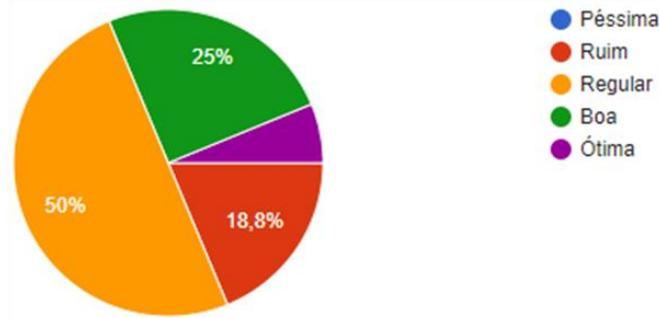
Fonte: Elaboração própria.

Ademais, A14 complementa expondo a dificuldade dos docentes no ensino de matérias quantitativas para deficientes visuais e ressalta que os mesmos não tem preparo para lidar com certos tipos de deficiência.

Creio que, pelo menos na FEAAC por experiência própria e empírica conversando com alguns amigos que também tem deficiência visual e estão por lá. Não existe, de forma mínima o preparo dos professores para lidar com certos tipos de deficiência e os mesmos, principalmente nas matérias quantitativas, acabam não fazendo a menor ideia do que fazer. (A14).

A partir dos relatos apresentados, solicitou-se aos estudantes que avaliassem a política de inclusão e acessibilidade da UFC, conforme mostra o gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8 – Avaliação da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFC (Perspectiva dos discentes)



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico mostra que 50% dos alunos avaliaram a política como regular. Os estudantes relataram que ainda há muito o que melhorar na política, mas reconheceram o avanço que teve no decorrer dos últimos anos. Como demonstram as falas a seguir.

Acho que já foi feito muita coisa, e que tá no caminho, mas ainda existem muitas coisas a serem melhoradas. (A8).

Pode melhorar em alguns pontos, porém a base aí está. (A9).

Está longe de ser perfeita, mas é notável que existe uma evolução no que tange acessibilidade comparado com os outros anos anteriores. (A14).

Diante das respostas, foi questionado quais serviços, estruturas ou comportamentos gostariam que existissem ou que fossem melhorados na política de inclusão e acessibilidade da UFC. Analisando as falas dos estudantes quatro aspectos foram bastante recorrentes.

O primeiro deles trata da necessidade de maior acompanhamento e suporte para os estudantes com deficiência ao ingressarem na universidade. Os estudantes relataram a importância de uma pessoa que os recepcionasse e ouvisse quais são as suas necessidades e demandas de modo a tentar minimizar as barreiras que possam vir a ter.

Alguém que recepcionasse a pessoa com deficiência a fim de tentar dar suporte às necessidades individuais, pois cada deficiência é única e as limitações são as mais variadas. Tenho muito mais ainda. (A8).

Ressalte-se que como extensão da equipe da secretaria de acessibilidade, cada unidade acadêmica conta com um agente de acessibilidade

que, conforme informado anteriormente, contribui identificando as possíveis necessidades pedagógicas do estudante e atuando junto a direção para a superação das barreiras de acessibilidade identificadas.

Um outro ponto também bastante mencionado foi a questão do aviso prévio às coordenações e aos docentes sobre os estudantes com deficiência que estão ingressando, de modo que tenham tempo hábil de se preparar ou sanar suas dúvidas quando for lecionar para estes alunos.

Gostaria que as coordenações dos cursos fossem avisadas com antecedência nos mínimos detalhes quando chegar a uma pessoa com deficiência para que pudesse passar todas as informações necessárias para que os professores possam se preparar para receber o estudante.(A12).

A14 complementa afirmando que esta ação “ajudaria e facilitaria muito a vida das pessoas com deficiência, pois, por mais de uma vez, já vi professores um tanto "espantados" ao descobrirem que teriam um aluno com algum tipo de deficiência e que os mesmos não tinham muita ideia do que poderiam fazer nesse caso”.

Vale ressaltar que essa morosidade na divulgação de informações também está relacionada ao burocrático processo de confirmação dos alunos ingressantes por meio das cotas, o que acaba fazendo com que as listas demorem a ser repassadas da Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD) para as Unidades Acadêmicas. Esse cenário expressa a necessidade da implantação de estruturas de sistemas de comunicação mais eficazes capazes de realizar o repasse dessas informações de forma mais célere.

Outra questão levantada pelos estudantes diz respeito à necessidade de maior “divulgação de informações, afinal, pouco se sabe, além de estereótipos, a respeito de certas deficiências, tal qual o autismo. (A10). De modo que “possam adquirir mais conhecimento, derrubando preconceitos e desfazendo os mitos para assim construir uma cultura mais inclusiva dentro e fora da universidade.” (A12).

Desse modo, os estudantes solicitam mais ações que promovam a eliminação de barreiras atitudinais que, conforme citado pelos discentes, sejam capazes de quebrar preconceitos e estereótipos que levam à discriminação e reforçam a exclusão desses alunos.

Por fim, um outro ponto bastante discutido foi a eliminação de barreiras físicas. Por vezes, estudantes relataram dificuldades de locomoção por conta da

ausência de piso tátil, rampas e corrimões em diversos pontos dos espaços didáticos, bem como a falta de estacionamento regulamentado.

Promoção da eliminação de barreiras, ex. Calçada de 1,5 plana que desse acesso a quem toca uma cadeira a todos os espaços da unidade, e com sinalização para deficiente visual nela e por toda parte da instituição. (A8).

É importante lembrar que a acessibilidade arquitetônica é respaldada desde a Portaria do Ministério da Educação (MEC) Nº 3284/2003, a qual trata dos requisitos para acessibilidade de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições, a fim de assegurar condições básicas de acesso ao ensino superior.

Entre os requisitos de acessibilidade estão a eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço; construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas; adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; e instalação de lavabos, bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

#### **5.4 Explicação junto aos servidores da Secretaria de Acessibilidade**

Considerando que a equipe de servidores da secretaria de acessibilidade é peça fundamental para a compreensão de como ocorre o desenvolvimento da política na prática, ouvimos os relatos dos membros sobre como as ações são desenvolvidas, bem como as possíveis dificuldades encontradas para a sua expansão e melhorias.

Quando questionados se acreditam que a quantidade de profissionais que atuam na secretaria é suficiente para atender toda a demanda dos alunos. Todos informaram que não e ressaltaram a discrepância quanto ao número de estudantes com deficiência comparado ao quantitativo da equipe da secretaria, conforme apresentado na fala abaixo.

Conforme o censo de 2020, são aproximadamente 500 estudantes com alguma condição de deficiência. Todos os anos esse número cresce e a quantidade de servidores continua a mesma. Temos divisões com apenas 1

servidor. É impossível dar conta dessa demanda tendo apenas 1 servidor por divisão. (S1).

S4 acrescenta relatando sobre a necessidade de mais psicólogos, assistentes sociais e pedagogos para atender as necessidades dos estudantes com deficiência.

No que se refere a como são planejadas as ações voltadas à política de inclusão e acessibilidade na UFC, os membros relataram que com base nos objetivos definidos pelo PDI, se reúnem semestralmente para avaliar as ações pontuando o que será necessário melhorar e quais foram os resultados alcançados. Também é realizado um levantamento dos alunos e servidores com deficiência a cada semestre, para que sejam acolhidos e orientados, além de ações formativas da própria secretaria que são planejadas anualmente.

Quando indagado se existem ações voltadas para a preparação/capacitação do docente, foi informado que anualmente são ofertados cursos em parceria com a Divisão de Formação Profissional (DIFOP) e o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP), além de cursos organizados e ministrados pela própria secretaria de acessibilidade, conforme S4 relata a seguir.

Diversas capacitações que abrangem as variadas deficiências existentes na universidade como noções sobre acessibilidade, audiodescrição, Adaptação de Materiais e elaboração de documentos acessíveis, desenho universal, Adaptação de Materiais e elaboração de documentos acessíveis, desenho universal. (S4).

Um exemplo é o curso de “Noções Básicas de Acessibilidade e Inclusão para Atuação Docente na UFC”, o qual trata de recursos, técnicas e estratégias de adaptação. Esta formação visa que o educador busque novos significados para sua prática pedagógica a fim de uma atuação com mais autonomia, segurança e confiança na promoção da Acessibilidade e Inclusão, fatores principais para a garantia da permanência dos estudantes com deficiência na academia. Ademais, também são promovidas palestras e eventos anuais para a comunidade.

Sobre as principais reivindicações por parte dos estudantes quanto aos serviços oferecidos pela secretaria, a maioria informou ser referente a acessibilidade física e adaptações didáticas nos processos avaliativos e no material disponibilizado com o conteúdo das disciplinas.

Ao serem questionados sobre os principais empecilhos que consideram que dificultam a expansão da política de inclusão e acessibilidade na UFC, foi citado principalmente a barreira atitudinal, a qual representa um obstáculo diante da construção de uma educação inclusiva.

Entender as políticas de acessibilidade realmente como prioridades. Acho que ainda tem muita barreira atitudinal, fruto do preconceito de ainda perceber as pessoas com deficiência como limitadas ou que esse espaço não é pra elas. (S1).

Resistência de algumas pessoas a mudanças de atitudes ou práticas para atender às necessidades das pessoas com deficiência. (S2).

Os servidores mencionaram que ainda existe bastante resistência para a tomada de atitudes e práticas para o atendimento das necessidades dos estudantes com deficiência, bem como a percepção de que a deficiência limita o processo de ensino e aprendizagem.

Outro empecilho apontado para a expansão da política diz respeito aos recursos financeiros destinados. S4 esclarece que a falta de dotação orçamentária reservada para a implementação da política ainda é um grande obstáculo enfrentado.

Apesar destas questões, no que se refere aos avanços percebidos desde a implementação da política de inclusão e acessibilidade na UFC foi destacado o aumento significativo de estudantes com deficiência que passaram a ser atendidos, além do notório “crescimento da visibilidade para as causas das pessoas com deficiência na Universidade”. (S1).

Os alunos com deficiência hoje tem seus direitos reconhecidos e, dentro das possibilidades orçamentárias atuais, atendidos pela Universidade.(S3).

S4 relata que inicialmente eram apenas alunos e servidores surdos ou com deficiência física. Hoje a universidade tem aproximadamente 600 alunos com as mais variadas deficiências, dentre elas TEA, Síndrome de Tourette, Síndrome de Rett, dentre outras deficiências. Com isso, professores e servidores têm buscado quebrar barreiras. Dessa forma, têm sido implementadas as seguintes ações:

Cursos voltados para servidores docentes; Atualizações normativas sobre os direitos das pessoas com deficiência; Implementação de ações em conjunta com o biblioteca para atender alunos PCD em fase de elaboração de TCC; Implementação da REBECA, uma rede que envolve diversas instituições na manutenção de livros acessíveis; Visitação a unidades (campus) do interior no sentido de aproximar as ações de acessibilidade da Secretaria;

Atendimento de professores, alunos e pais de alunos, Campanhas de responsabilidade na inclusão, Conhecer as necessidades de cada alunos por meio de mapeamento; Aquisição de equipamentos. (S4).

Quando questionados sobre como avaliam a política, todos os servidores da secretaria afirmaram ser boa, porém reforçaram o quanto a implementação dela depende de todos.

A política em si é boa, mas a implementação dela é muito penosa. A Secretaria é um órgão de planejamento, não um órgão executor. Não cabe a nós acessibilizar os sistemas computacionais nem tampouco as edificações da Universidade. Nós identificamos as demandas e as repassamos aos órgãos diretamente responsáveis pelas devidas adequações, porém, infelizmente, questões de acessibilidade nunca são vistas como prioritárias, sendo sempre deixadas para depois. (S3).

Os servidores ressaltaram que para melhorar a política é necessário maior conscientização da sua relevância por parte da comunidade acadêmica, principalmente por parte dos gestores das Pró-reitorias e Superintendências, bem como dos docentes. Foi mencionada também a necessidade de destinação de recursos financeiros exclusivos à acessibilidade. Ademais, faz-se necessário melhorias dos canais de comunicação da UFC para disseminar a cultura da inclusão.

Novos cargos de intérpretes, implementação de acessibilidade arquitetônica, disponibilidade de recursos para a contratação de cuidadores para atender algumas especificidades de alunos com necessidades especiais. libras para os professores. (S4).

Por fim, S4 pontua questões já bastante citadas por docentes e discentes quanto à necessidade do aumento do número de intérpretes e melhorias na acessibilidade física da instituição.

Em resumo, é possível perceber que a Universidade oferece ferramentas que auxiliam o processo de ensino e aprendizagem, contudo, como já bastante citado, apresenta certas limitações, que vão desde a quantidade de profissionais disponíveis para atender os estudantes até questões relacionadas à acessibilidade física, atitudinal e pedagógica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi desenvolver uma avaliação das políticas de inclusão e acessibilidade da UFC, buscando verificar se a instituição está conseguindo dar o suporte necessário para o aprendizado e a permanência do aluno com deficiência na Universidade por meio de um estudo de caso em unidades acadêmicas do campus do Benfica (FEAAC, CH, FACED). Para tanto, foi realizado um levantamento dos marcos conceituais e legais sobre a inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência nas instituições de ensino, trazendo dispositivos legais que normatizam direitos e deveres destes alunos para o acesso e a permanência.

Em sequência foi apresentado o mapeamento das políticas de inclusão e acessibilidade da UFC, onde foi apresentado todo o percurso desde as primeiras iniciativas da instituição até como se encontram estruturadas as ações, programas e projetos da secretaria de acessibilidade atualmente.

No sentido de tentar verificar como a política de inclusão desenvolve a preparação dos professores no tocante ao ensino dos alunos com deficiência, os resultados identificaram que um baixo percentual de docentes (21,1%) tem conhecimento prévio sobre a presença do aluno com deficiência em sua disciplina antes que esta tivesse início. O que pode fazer com que o docente não tenha tempo hábil para uma melhor preparação didática e metodológica para atender às demandas deste público, bem como recorrer ao auxílio e aos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade.

Ademais, os dados revelaram que uma porcentagem significativa dos docentes já teve alguma dificuldade no ensino de estudantes com deficiência (63,2%). Entre as principais, destacou-se a dificuldade de comunicação e compreensão dos alunos com algum tipo de deficiência cognitiva/neurológica. Também foi mencionado o desconhecimento de instrumentos e metodologias de ensino específico para atender os estudantes com algum tipo de deficiência que implica na falta de preparação na formação dos docentes.

Os resultados sinalizaram que a maior parte dos entrevistados (78,9%) não possuíam qualquer formação para o ensino de estudantes com deficiência e que 89,5% reconheceram necessitar de conhecimentos sobre capacitações para saber como atuar em meio aos diversos tipos de deficiências dos discentes e declararam a necessidade de apoio da instituição.

Vale ressaltar a importância dessa formação docente, uma vez que o acesso do discente com deficiência à instituição de nível superior demanda práticas didáticas e metodológicas específicas necessárias ao conhecimento do docente. Desta forma, compreender métodos e procedimentos que atendam às diversas deficiências dos alunos facilita a adaptação de suas aulas, avaliações e materiais visando a aprendizagem dos estudantes.

Ao analisar os relatos dos alunos de graduação com deficiência sobre o cotidiano da universidade, foi identificado que apenas 50% dos estudantes entrevistados tinham conhecimento dos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade.

Os estudantes que utilizam os serviços da secretaria ou que já utilizaram relataram uma certa insatisfação quanto a falta de intérpretes suficientes para atender toda a demanda, bem como mencionaram a necessidade de maior proximidade da secretaria com os estudantes. Todavia, alguns estudantes narraram experiências exitosas e ressaltaram satisfação principalmente quanto a receptividade recebida pelos membros que compõem a secretaria de acessibilidade.

No que se refere a preparação dos docentes para o ensino de estudantes com deficiência, os discentes afirmaram acreditar que a maioria dos docentes necessitam de melhor orientação sobre como lidar diante dos diversos tipos de deficiência.

Com relação a serviços, estruturas ou comportamentos que os estudantes gostariam que existissem ou que fossem melhorados na política de inclusão e acessibilidade da UFC, os estudantes mencionaram a necessidade de uma pessoa que os recepcionasse e ouvisse quais são as suas necessidades e demandas de modo a tentar minimizar as barreiras que possam vir a ter; aviso prévio às coordenações e aos docentes sobre os estudantes com deficiência que estão ingressando, de modo que tenham tempo hábil de se preparar ou sanar possíveis dúvidas quando for lecionar para estes alunos; ações que promovam a eliminação de barreiras atitudinais capazes de quebrar preconceitos e estereótipos que levam à discriminação e reforçam a exclusão desses alunos; Por fim, a eliminação de barreiras físicas, uma vez que os estudantes relataram dificuldades de locomoção por conta da ausência de piso tátil, rampas e corrimões em diversos pontos dos espaços didáticos do campus.

Ademais, os resultados sinalizaram que 50% dos alunos avaliaram a política como regular e relataram que ainda há muito o que melhorar na política, mas reconheceram a evolução ocorrida nos últimos anos, bem como o esforço realizado por toda a equipe da secretaria com o objetivo de atender a demanda dos discentes.

De fato, conforme as informações apresentadas, desde as primeiras iniciativas relativas às políticas de inclusão e acessibilidade, a UFC vem paulatinamente apresentando progressos e melhorias buscando atender às demandas dos estudantes com deficiência, sejam elas de ordem física, atitudinal ou pedagógica. Portanto, esses avanços merecem e devem ser reconhecidos, tendo em vista, principalmente, que a Universidade conta com recursos limitados, tanto financeiros como de pessoas.

A falta de destinação de recursos financeiros suficientes e exclusivos para as políticas de inclusão e acessibilidade impossibilita, por exemplo, que sejam realizadas maiores intervenções e adaptações necessárias para a acessibilidade física na instituição.

Também não há profissionais suficientes na secretaria de acessibilidade capazes de atender toda a demanda da universidade. Dessa forma, a necessidade de contratação e ampliação do número de vagas, especialmente de intérpretes, se faz de extrema importância.

Por fim, cabe destacar a importância da inclusão na Universidade, visto que esta detém o papel social de proporcionar um processo educacional justo e democrático aos estudantes, devendo assim estar sempre atenta a promover condições que viabilizem o acesso e a condição de igualdade para todos.

Portanto, é perceptível que a Universidade vem buscando desempenhar, mesmo que com limitações, este papel. As ações apresentadas demonstram a preocupação com a inserção dos estudantes com deficiência no ambiente acadêmico.

## REFERÊNCIAS

ANACHE, A.; ROVETTO, S.; OLIVEIRA, R. A. de. Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria. v. 27, n. 49, p. 299-312| maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em outubro de 1988. 16 ed., atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. **Avaliação de estudante com deficiência intelectual (Nota Técnica 06/2011 MEC/SEESP/GAB)**. Brasília, DF: MEC, 2011c. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/2011/06/02/avaliacao-de-estudante-com-deficiencia-intelectual-nota-tecnica-062011-mecseespgeb/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Aviso circular Nº 277/MEC/GM**. Brasília, DF: MEC, 8 maio 1996a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12716&Itemid=863](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716&Itemid=863). Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9/2001**. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto legislativo nº 186, de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2008a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.html). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a

Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 15 jan. 2022

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2004a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 15 jan. 2022

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: MEC, 2005a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF: MEC, 2008b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2011b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2011a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.750, de 8 de junho de 2012**. Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP. Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7750.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7750.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9235&ano=2017&ato=fddlzZU1UeZpWTfe9>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2002a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm). Brasília, DF: Presidência do Brasil, 2016. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de apoio à educação especial (PROESP)**. Brasília: MEC/SEESP, 2008c. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/outras-informacoes/programas-encerrados-estrategicos/proesp>. Acesso em: 9 nov. 2020.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793, de dezembro de 1994**. Recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e

educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes. Brasília, DF: MEC, 1994. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Portaria MEC nº 2.678, de 24 de setembro de 2002**. Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional. Brasília, DF: MEC, 2002b. Disponível em: <http://www.depae.prograd.ufu.br/legislacoes/portaria-mec-no-2678-de-24-de-setembro-de-2002>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF: MEC, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Programa de acessibilidade no ensino superior (Programa incluir)**. Brasília, DF: MEC, 2005b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 9 nov. 2020.

BRASIL. **Programa Incluir**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir#:~:text=O%20Incluir%20tem%20como%20principal,comportamentais%2C%20pedag%C3%B3gicas%2C%20arquitet%C3%B4nicas%20e%20de>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Programa Universidade para todos (PROUNI)**. Brasília, DF: MEC, 2004b. Disponível em: <http://prouni.mec.gov.br/index.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FAVERO, C. H.; COSTA, H. G. Inclusão: a acessibilidade como garantia de educação de qualidade. *In*: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 11., 2014, [Rio de Janeiro]. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: aedb, 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/44520505.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. A ONU e o seu conceito revolucionário de pessoa com deficiência. **LTr**: revista legislação do trabalho, São Paulo, v. 72, n. 3, p. 45-54, mar. 2008.

FURLAN, F.; RIBEIRO, S. M. O processo de inclusão no ensino superior: encontros e desencontros dos sujeitos que participam deste processo. **Poiesis**, Tubarão. v. 9, n.16, p. 384-398, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/3025/2470>. Acesso em: 28 fev. 2021

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Marta. **A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência**. São Paulo: Diversa, 9 set. 2017. Disponível em: <https://www.diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/##targetText=Lei%20n%C2%BA%209.394%20%E2%80%93%20Lei%20de,e%20financeiro%20pelo%20poder%20p%C3%ABlico>. Acesso em: 10 out. 2019.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldine Publishing, 1967.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITÃO, Vanda Magalhães. Caminhos para a acessibilidade na UFC. *In*: LEITÃO, Vanda Magalhães; VIANA, Tania Vicente (org.). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 19-38.

LEJANO, R. **Parâmetros para a análise de políticas: a fusão de texto e contexto**. Campinas: Ed. Arte Escrita, 2012.

LIRA, A. K. M. de. O Projeto UFC Inclui: propostas, ações e resultados. *In*: Ana Karina Moraes de Lira; Ana Maria Monte Coelho Frota (org.). **Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará: o Projeto UFC Inclui em debate**. 1aed. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 25-77.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Ensino superior no Brasil e inclusão de alunos com deficiência. *In*: VALDÉS, Maria Teresa Moreno (org.). **Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil: caminhos e desafios**. Fortaleza: EDUECE, 2006. cap. 1.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Prólogo. *In*: LEITÃO, Vanda Magalhães; VIANA, Tania Vicente (org.). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 11-17.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência**. Coimbra: [s. n.], 2015. Disponível em: [http://www.deficienciavisual.pt/txt-Historia\\_conceito\\_tipos\\_def.htm](http://www.deficienciavisual.pt/txt-Historia_conceito_tipos_def.htm). Acesso em: 12 out. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MIGUEL, F. V. C. A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. **Odisseia**, Natal, v. 5, n. 1, p. 1983-2435, jan./jun. 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2013.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Educação**, Santa Maria, n. 25, p. 57-48, 2005. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/01/a3.htm>. Acesso em: 10 fev. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.** Brasília, DF: Corde, 2008. <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf>  
<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

OMOTE, Sadao; FONSECA-JANES, Cristiane Regina Xavier. Os cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista e a Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 3, p. 325-342, 2013.

RODRIGUES, L. C. Método experiencial e a avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 103-115, 2016.

ROSS, Paulo Ricardo. **A crise da educação especial: uma reflexão política e antropológica.** [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: [www.inclusion.hpg.ig.com.br](http://www.inclusion.hpg.ig.com.br). Acesso em 27 de fev. de 2021.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão: revista da educação especial**, Brasília, p. 7-18, out. 2005.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto; SILVEIRA, Plínio Renan Gonçalves da. Percursos e perspectivas da acessibilidade física na Universidade Federal do Ceará. In: LEITÃO, Vanda Magalhães; VIANA, Tania Vicente (org.). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis.** Edições UFC, Fortaleza, 2014. p. 213-227.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

SIQUEIRA, Flávia; ALMEIDA, Marina 2019 Número de alunos com deficiência está em expansão nas instituições de ensino superior. **Ensino Superior**, São Paulo, ed. 245, p. 1-10, 3 dez. 2019.

SKLIAR, Carlos B. A invenção e a exclusão da alteridade deficiente a partir dos significados da normalidade. **Educação Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-33, 1999.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico da UFC 2015 – Base 2014**. Fortaleza: UFC, 2015a. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2015\\_base\\_2014.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2015_base_2014.pdf). Acesso em: 9 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico da UFC 2016 – Base 2015**. Fortaleza: UFC, 2016a. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2016\\_base\\_2015.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2016_base_2015.pdf). Acesso em: 9 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico da UFC 2017 – Base 2016**. Fortaleza: UFC, 2016a. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2017\\_base\\_2016.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2017_base_2016.pdf). Acesso em: 9 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico da UFC 2018 – Base 2017**. Fortaleza: UFC, 2017a. Disponível em: link <https://proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2018/12/anuario-estatistico-ufc-2018-base-2017.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico da UFC 2019 – Base 2018**. Fortaleza: UFC, 2017a. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2019\\_base\\_2018.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2019_base_2018.pdf). Acesso em: 9 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico da UFC 2020 – Base 2019**. Fortaleza: UFC, 2020a. Disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2020\\_base\\_2019.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2020_base_2019.pdf). Acesso em: 9 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico da UFC 2021 – Base 2020**. Fortaleza: UFC, 2021a. Disponível em: [https://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2021\\_base\\_2020.pdf](https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2021_base_2020.pdf). Acesso em: 22 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico da UFC 2022 – Base 2021**. Fortaleza: UFC, 2022. Disponível em: [https://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2022\\_base\\_2021.pdf](https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2022_base_2021.pdf). Acesso em: 22 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Censo de alunos com deficiência**. Fortaleza: UFC, 2014. Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/quem-sao-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Censo de alunos com deficiência**. Fortaleza: UFC, Fortaleza: UFC, 2015b. Disponível em:

<http://www.acessibilidade.ufc.br/quem-sao-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Censo de alunos com deficiência**. Fortaleza: UFC, 2016b. Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/quem-sao-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Censo de alunos com deficiência**. Fortaleza: UFC, 2017b. Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/quem-sao-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Censo de alunos com deficiência**. Fortaleza: UFC, 2018b. Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/quem-sao-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Censo de alunos com deficiência**. Fortaleza: UFC, 2019b. Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/quem-sao-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 9 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Censo de alunos com deficiência**. Fortaleza: UFC, 2020b. Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/quem-sao-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Portal da Universidade Federal do Ceará**: Secretaria de Acessibilidade. Fortaleza, 2019c. Disponível em: <http://www.acessibilidade.ufc.br/>. Acesso em 13 de jan. 2019.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade**: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

VIEIRA, Cristiana de Sousa. Novo conceito de pessoa com deficiência. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 21, n. 4812, 3 set. 2016. ISSN 1518-4862. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51640>. Acesso em: 26 fev. 2021.

## APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

1. Qual a sua unidade?  
 Faculdade de Educação  
 Centro de Humanidades  
 Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade
2. Qual a sua condição de deficiência?  
 deficiência visual  
 deficiência auditiva  
 deficiência física / motora  
 deficiência intelectual  
 múltipla  
 surdocegueira  
 TEA  
 altas habilidades / superdotação
3. Quais as principais barreiras/dificuldades que você enfrentou ao entrar no ensino superior até o momento?
4. Você conhece os serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade?  
 Sim  
 Não
5. Já utilizou algum? Qual?  
 Recebi acompanhamento pedagógico  
 Tradução / Interprete de libras  
 Digitalização de material  
 Participei de eventos, lives e/ou ações de acessibilidade  
 Não utilizei nenhum serviço  
 Outros
6. Qual o seu grau de satisfação quanto aos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade? Justifique sua resposta.  
 Muito insatisfeito  
 Insatisfeito  
 Indiferente  
 Satisfeito  
 Muito satisfeito  
 Não tenho conhecimento para opinar
7. O que acredita ser necessário melhorar nos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade? Justifique a sua resposta.
8. Quais serviços, estruturas ou comportamentos você gostaria que existissem na UFC a fim de melhorar a política de inclusão e acessibilidade?
9. Assinale o seu grau de concordância com a seguinte afirmação:  
- Me sinto acolhido por meus colegas de turma.  
 discordo totalmente  discordo um pouco  indiferente  concordo em parte  
 concordo totalmente

Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

- Me sinto acolhido por meu coordenador.

- ( ) discordo totalmente ( ) discordo um pouco ( ) indiferente ( ) concordo em parte  
( ) concordo totalmente

Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

- Me sinto acolhido por meus professores.

- ( ) discordo totalmente ( ) discordo um pouco ( ) indiferente ( ) concordo em parte  
( ) concordo totalmente

Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

- Acredito que os professores estão preparados para ensinar alunos com deficiência

- ( ) discordo totalmente ( ) discordo um pouco ( ) indiferente ( ) concordo em parte  
( ) concordo totalmente

Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

10. Você já participou de algum evento (Semana de Inclusão e Acessibilidade / Acessibilidade em Ação) como parte integrante de campanhas de estímulo a práticas inclusivas na UFC? Em caso afirmativo, como foi a experiência?

11. Você verificou por parte da instituição intenção de adequar-se as necessidades dos estudantes com deficiência? Justifique a sua resposta.

12. Por qual profissional da instituição você já foi procurado no sentido de verificar suas necessidades específicas e oferecer-lhe algum suporte?

- ( ) secretaria de acessibilidade  
( ) coordenação do curso  
( ) agente de acessibilidade  
( ) docente  
( ) nenhum

13. Você necessita de adaptações e/ou acompanhamento especializado para as aulas? Em caso afirmativo especifique.

14. A instituição tem disponibilizado materiais adaptados e/ou recursos para o acompanhamento das aulas, realização das atividades e avaliações? Se sim, quais e de que forma são atendidas as suas necessidades?

15. As áreas de convívio comum (salas de aula, bibliotecas, cantinas, laboratórios, auditórios) são adaptadas às suas necessidades? Se não, qual dificuldade você encontra referente à acessibilidade nas dependências da instituição?

16. Como você avalia a política de inclusão e acessibilidade da UFC? Justifique a sua resposta.

- ( ) Péssima  
( ) Ruim  
( ) Regular  
( ) Boa  
( ) Ótima

## APÊNDICE B – ENTREVISTA COM AGENTES DE ACESSIBILIDADE

1. Qual a sua unidade?
2. Há algum tipo de acolhimento, recepção ou contato com os novos discentes com deficiência do curso para informá-los sobre os serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade? Qual?
3. Os docentes do seu curso são informados previamente sobre a presença de alunos com deficiência em suas respectivas disciplinas?
4. Algum aluno com deficiência já lhe solicitou ajuda em dificuldades relacionadas à acessibilidade? Se sim, qual a principal barreira relatada pelos estudantes (física, atitudinal ou pedagógica)?
5. Com que frequência os professores relatam dificuldades relacionadas à docência para estudantes com deficiência? Quais as principais barreiras mencionadas (física, atitudinal ou pedagógica)?
6. Em algum momento você já procurou a secretaria de acessibilidade?
7. Já teve conhecimento dos serviços oferecidos por ela?
8. Qual o seu grau de satisfação quanto ao suporte dado pelos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade para os discentes do seu curso/unidade? Justifique a sua resposta.
9. Você considera que a instituição provém o apoio necessário ao êxito dos alunos com deficiência em sua trajetória acadêmica?
10. Quais são as maiores barreiras que você acredita que ainda estão presentes na instituição impossibilitando uma efetiva inclusão do aluno com deficiência?
11. Como você avalia a política de inclusão e acessibilidade da UFC? Justifique a sua resposta.  
 Péssima  
 Ruim  
 Regular  
 Boa  
 Ótima
12. Na sua opinião, em que a instituição precisa melhorar na sua política de inclusão e acessibilidade?

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO COM SERVIDORES DA SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE

1. Qual seu setor/função?
2. Você acredita que a quantidade de profissionais que atuam na secretaria é suficiente para atender toda a demanda dos alunos? Justifique.
3. Existem ações voltadas para a preparação/capacitação do docente? Quais?
4. Quais avanços você percebeu desde a implementação da política de inclusão e acessibilidade na UFC?
5. Quais os principais empecilhos que você considera que dificultam a expansão da política de inclusão e acessibilidade na UFC?
6. Quais são as principais reivindicações por parte dos estudantes quanto aos serviços oferecidos pela secretaria?
7. Como são planejadas as ações voltadas à política de inclusão e acessibilidade na UFC?
8. O que você acredita ser necessário melhorar ou implementar na política de inclusão e acessibilidade da UFC?
9. De um modo geral, como você avalia a política de inclusão e acessibilidade da UFC? Justifique a sua resposta.  
 Péssima  
 Ruim  
 Regular  
 Boa  
 Ótima

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIOS COM DOCENTES

1. Qual a sua unidade?  
( ) Faculdade de Educação  
( ) Centro de Humanidades  
( ) FEAAC (Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade)
2. Em qual curso leciona?
3. Você já ministrou aulas para alunos com deficiência regularmente matriculados em sua disciplina?
4. Você teve conhecimento prévio de que haveria alunos com deficiência em sua disciplina antes que esta tivesse início?
5. Você já teve alguma dificuldade no ensino de um estudante com deficiência? Qual?
6. Você possui alguma formação para o ensino de estudantes com deficiência? Qual?
7. Você acredita que necessita de conhecimentos sobre as deficiências e a forma de trabalhar com esses estudantes em sala de aula? Justifique sua resposta.
8. O que o professor acha de assumir a tarefa de organizar metodologias e avaliações diferenciadas para os alunos com deficiência?
9. A instituição já lhe ofereceu algum curso de capacitação para o ensino de estudantes com deficiência? Qual?
10. Em algum momento você já procurou a secretaria de acessibilidade? Já teve conhecimento dos serviços oferecidos por ela?
11. Qual o seu grau de satisfação quanto ao suporte dado pelos serviços oferecidos pela secretaria de acessibilidade para o seu aluno?
12. Você considera que a instituição provém o apoio necessário ao êxito dos alunos com deficiência em sua trajetória acadêmica?
13. Quais as barreiras que você acredita que estão presentes na instituição?
14. Você conhece a política de inclusão e acessibilidade da UFC?
15. Como você avalia a política de inclusão e acessibilidade?
16. Em que acredita que a instituição precisa melhorar na política de inclusão e acessibilidade da UFC?